



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II



ANO XXVI — N.º 138

QUINTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 1971

BRASILIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO DA ATA DA 151.ª SESSÃO EM 20 DE OUTUBRO DE 1971

1 — ABERTURA

2 — EXPEDIENTE

2.1 — Mensagem do Sr. Presidente da República

— n.º 227/71 (n.º 403/71, na origem), restituindo autógrafos do Projeto de Lei n.º 19/71 (CN), que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Exército o crédito especial de Cr\$ 7.550.000,00 para o fim que especifica (Projeto que se transformou na Lei n.º 5.715, de 18-10-71).

2.2 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

Projeto de Decreto Legislativo n.º 6, de 1971 (n.º 4-A/71, na Casa de origem), que aprova as emendas de 1967 e 1968 à Convenção para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, de 1960, celebrada sob os auspícios da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental da ONU.

Projeto de Resolução n.º 48, de 1971, que suspende a execução, no art. 37 do Decreto-lei n.º 203, de 23 de março de 1970, do Estado de São Paulo, das expressões “e leilões judiciais”, nos termos de decisão do Supremo Tribunal Federal, proferida aos 26 de março de 1971.

2.3 — Requerimento

— n.º 224/71, de autoria do Senador Lenoir Vargas, de transcrição de matéria nos Anais.

2.4 — Arquivamento

Projeto de Lei do Senado n.º 32/71, que altera a redação do § 1.º do art. 136 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (CLT).

2.5 — Discursos do Expediente

SENADOR AMARAL PEIXOTO — Conduta do MDB na 59.ª Conferência Interparlamentar, realizada em setembro último, em Paris.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Benefícios que poderão advir para os Estados nordestinos pela implantação do Pólo Petroquímico na Bahia.

2.6 — Leitura de Projeto

Projeto de Lei do Senado n.º 92, de 1971, de autoria do Senador Franco Montoro, que determina que, na aposentadoria por tempo de serviço, o período de trabalho prestado pelo empregado em atividades penosas, insalubres ou perigosas, será calculado com base nos critérios aplicáveis à contagem do tempo para gozo da aposentadoria especial.

3 — ORDEM DO DIA

Trabalhos das Comissões

4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR VASCONCELOS TORRES — Aeroporto Internacional de Brasília como a conquista da técnica aeronáutica brasileira.

SENADOR CARLOS LINDENBERG — Ação desenvolvida pelo Programa Especial de Bolsas de Estudo do Ministério do Trabalho.

5 — Designação da Ordem do Dia da próxima Sessão. Encerramento.

6 — Atas das Comissões.

7 — Composição das Comissões Permanentes.

ATA DA 151.ª SESSÃO, EM 20 DE OUTUBRO DE 1971

1.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR CARLOS LINDENBERG

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Brito — José Esteves — Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Renato Franco —

Clodomir Millet — Helvidio Nunes — Dinarte Mariz — Domicio Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — João Cleofas — Arnon de Mello — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Ruy Santos — Carlos Lindenberg —

Paulo Tôres — Vasconcelos Torres — Benjamin Farah — Danton Jobim — Carvalho Pinto — Benedito Ferreira — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Mattos Leão — Ney Braga — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão.

O Sr. 1.º-Secretário vai proceder à leitura do expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE MENSAGEM

DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Destituindo autógrafo de projeto de lei sancionado:

— N.º 227/71 (n.º 403/71, na origem), referente ao Projeto de Lei n.º 19/71 (CN), que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Exército o crédito especial de Cr\$ 7.550.000,00 para o fim que especifica. (Projeto que se transformou na Lei n.º 5.715, de 18-10-71.)

PARECERES

PARECER N.º 466, de 1971

da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 6, de 1971 (n.º 4-A/71, na Casa de origem).

Relator: Sr. Cattete Pinheiro

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 6, de 1971 (n.º 4-A/71, na Casa de origem), que aprova as Emendas de 1967 e 1968 à Convenção para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, de 1960, celebrada sob os aus-

pícios da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental da ONU.

Sala das Sessões, 20 de outubro de 1971. — Danton Jobim, Presidente — Cattete Pinheiro, Relator — José Lindoso.

ANEXO AO PARECER N.º 466, DE 1971

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 6, de 1971.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º , DE 1971

Aprova as emendas de 1967 e 1968 à Convenção de 1960 para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, celebrada sob os auspícios da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental da ONU.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — São aprovadas as emendas de 1967 e 1968 à Convenção de 1960 para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, celebrada sob os auspícios da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental da ONU.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER N.º 467, de 1971

da Comissão de Redação
Redação final do Projeto de Resolução n.º 48, de 1971.

Relator: Sr. Cattete Pinheiro

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 48, de 1971, que suspende a execução, no

art. 37 do Decreto-lei n.º 203, de 23 de março de 1970, do Estado de São Paulo, das expressões "e leilões judiciais", nos termos de decisão do Supremo Tribunal Federal proferida aos 26 de março de 1971.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1971. — Danton Jobim, Presidente — Cattete Pinheiro, Relator — José Lindoso.

ANEXO AO PARECER N.º 467, DE 1971

Redação final do Projeto de Re- solução n.º 48, de 1971.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu, Presidente promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N.º , DE 1971

Suspende, por inconstitucionalidade, as expressões "e leilões judiciais" constantes do art. 37 do Decreto-lei n.º 203, de 23 de março de 1970, do Estado de São Paulo.

O Senado Federal resolve:

Artigo único — É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida, em 26 de maio de 1971, pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da Representação n.º 860, do Estado de São Paulo, a execução das expressões "e leilões judiciais" constantes do art. 37 do Decreto-lei n.º 203, de 23 de março de 1970, daquele Estado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO

N.º 224, de 1971

Nos termos do art. 234 do Regimento Interno, requeiro transcrição nos Anais do Senado do discurso proferido pelo Deputado Daniel Faraco na solenidade em que foi denominado "Nereu Ramos" o auditório da Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1971. — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — De acôrdo com o art. 234, § 1.º, do Regimento Interno, o requerimento que acaba de ser lido será submetido a exame da Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Comunico ao Plenário que esta Presidência, nos termos do art. 279 do Regimento Interno, determinou o arquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 32, de 1971, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que altera a redação do § 1.º do art. 136 do Decreto-lei n.º 5 452, de 1.º de maio de 1943 (CLT), considerado rejeitado em virtude de ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da Comissão a que foi distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Amaral Peixoto, que falará pela Liderança do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. AMARAL PEIXOTO (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, pela primeira vez depois de tantos anos de vida parlamentar, tive a honra de fazer parte de uma Delegação do Congresso para representar-lo em conferência internacional. Minha preocupação, além do desempenho da incumbência que me foi dada, era também de observar, de aprender e trazer para conhecimento do meu País, tudo o que nos pudesse ser útil.

Quando embarquei recebi o Tomário da Conferência e alguns Relatórios apresentados pelos coordenadores das diferentes comissões. Os assuntos ventilados eram referentes a uma maior aproximação entre as Nações para garantia da paz; problemas políticos, de segurança internacional e de desarmamento; as questões econômicas e sociais, tendo em vista o desenvolvimento; as incidências políticas e culturais da difusão da televisão, utilizando os satélites e facilitando as informações para as massas e uma melhor compreensão entre os povos. E ainda o direito dos povos à autodeterminação, a condenação ao colonialismo, à discriminação racial e à segregação.

Programa altamente ambicioso, pois envolve os problemas que mais preo-

cupam os dirigentes políticos na atualidade. Dêles dependem a paz no mundo e a melhoria das condições de vida de grande parte da humanidade.

Reconheço a utilidade dessas reuniões interparlamentares, principalmente pelo contato entre representantes de povos, afastados geograficamente e com estágios de cultura e civilização os mais diversos, mas não devemos perder de vista que elas não têm qualquer poder de decisão. Votávamos recomendações para que os grupos nacionais usassem de influência, junto aos respectivos governos, no sentido de agirem, nos órgãos deliberativos da ONU e de outros organismos internacionais, de acôrdo com as resoluções tomadas.

Não é fácil manter a harmonia, em uma delegação composta de políticos com tendências diferentes. Mesmo entre correligionários, nem sempre a unidade de pensamento prevalece em todos os momentos. Em relação aos programas doutrinários há os radicais, os transigentes e aqueles que procuram encontrar soluções conciliatórias. A delegação do Brasil à 59.ª Conferência Interparlamentar reunida em setembro, em Paris, compunha-se de representantes dos dois Partidos que ora atuam na vida política do País. Reconhecemos com prazer que houve um bom entendimento acima mesmo do que se poderia esperar. Em relação aos problemas ligados aos interesses nacionais não houve, nem poderia haver, divergências. Em alguns pontos do tomário tínhamos opiniões diversas, pois defendíamos programas diferentes. Atrás de cada um de nós estavam nossos correligionários, aqueles que nos haviam dado o mandato legislativo que desempenhávamos. Nós do MDB tínhamos diretivas traçadas pelo nosso Partido e não poderíamos faltar aos compromissos assumidos quando candidatos. Já em Paris recebi instruções do meu Partido e a designação muito honrosa para ser o coordenador de nossa pequena delegação. Era um ônus, imposto pela gentileza do illustre Presidente, Deputado Ulysses Guimarães e dos companheiros de representação, consequência de ser o de maior vivência política e também, infelizmente para mim, de ser o mais idoso.

O Sr. Danton Jobim — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. AMARAL PEIXOTO — É uma honra para mim.

O Sr. Danton Jobim — Quero dar o meu testemunho, como participante que fui da Delegação de que fez parte V. Ex.ª, da maneira brilhante, superior, com que V. Ex.ª se desempenhou da missão de coordenador do nosso grupo minoritário, do grupo de Delegados pertencentes ao MDB. Com sua experiência, com seu bom senso e, so-

bretudo, com a firmeza de rumos que o tem caracterizado, através de toda a sua vida pública, V. Ex.ª, sem dúvida, conseguiu executar a tarefa não muito fácil que lhe foi cometida pela direção do nosso Partido. A verdade é que a nota da Minoria, da Delegação dos representantes da Minoria, que foi redigida por V. Ex.ª, é, sem dúvida, um documento modelar. Expressou o pensamento do nosso Partido, que era francamente partidário daquele princípio segundo o qual não devemos discutir assuntos de economia interna do nosso País no estrangeiro. Por outro lado, entretanto, V. Ex.ª colocou a questão nos devidos termos, quando manifestou que continuamos a ser, no Brasil, a oposição legal, com toda a independência, no Parlamento. Criticamos o Governo e mantemo-nos, por conseguinte, rigorosamente fiéis ao programa do MDB. A verdade é que, através de quase quarenta e cinco anos de jornalismo político — pois comecei muito cedo na profissão — tive a oportunidade de encontrar homens que, como V. Ex.ª, honram a vida pública deste País. V. Ex.ª demonstrou, mais uma vez, em Paris, executando uma missão delicada, o quanto valem os líderes políticos que, no passado, prestaram relevantes serviços ao Brasil e, entretanto, mais tarde, passaram a ser considerados como figuras que deveriam ser colocadas no ostracismo, como se a participação desses políticos, a riqueza de suas experiências, não fosse essencial à boa administração do País e à boa condução dos seus negócios públicos. V. Ex.ª esteve à altura das outras missões que desempenhou, no passado, e por isso não pode a Bancada do MDB deixar de aproveitar esta oportunidade para manifestar o seu aplauso pela maneira singular e pela superioridade com que V. Ex.ª cumpriu a sua missão. Muito obrigado.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Senador Danton Jobim, agradeço as generosas palavras de V. Ex.ª e quero dizer que a minha missão em Paris, como coordenador da Delegação do MDB, foi extraordinariamente facilitada pela compreensão que reinou entre nós. Todos os assuntos foram resolvidos em mesa redonda, todos os casos foram discutidos pelos representantes do MDB e minha conduta foi a média resultante da conduta de cada um de nós.

O Sr. Ruy Santos — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. AMARAL PEIXOTO — Pois não.

O Sr. Ruy Santos — Naturalmente, não está em jogo a personalidade de V. Ex.ª.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Nossa personalidade está sempre em discussão.

O Sr. Ruy Santos — Não está em discussão a personalidade de V. Ex.ª, mas a sua participação como coorde-

nador da Delegação brasileira na Conferência Interparlamentar. Quero servir-me do aparte do eminente Senador Danton Jobim e das considerações feitas em torno da sua personalidade, para dizer que as subscrevo plenamente. Não tive, até hoje, Senador Amaral Peixoto, a sorte de andarmos no mesmo barco. Conhecemo-nos desde a Constituinte de 1946 e temos estado sempre em campos opostos.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Lamento extraordinariamente.

O Sr. Ruy Santos — Mas apesar da posição que o destino nos reservou — pelo menos a mim reservou — quero deixar expresso que as palavras do Senador Danton Jobim representam a verdade. V. Ex.^a é um político que sempre honrou o seu mandato. É um homem público que dignifica a vida política brasileira.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Muito obrigado a V. Ex.^a, Senador Ruy Santos. Suas palavras honram-me sobremaneira, vindas de um homem que sempre esteve em campo oposto ao meu, infelizmente, como já disse.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. AMARAL PEIXOTO — Com prazer.

O Sr. Vasconcelos Torres — Não seria justo que V. Ex.^a tenha obtido esta conceituação de Senadores de outros Estados e o do seu ficasse aqui calado. Falo com muito mais razão, porque o aparte vai agora à guisa de depolimento. Subscrevo, em gênero, número e caso, com conhecimento de causa, aquilo que acaba de ser proferido, a respeito da atuação de V. Ex.^a como homem público. A política leva, na verdade, a posições diversas. Mas se há um homem que passou em julgado, que tem a sua vida respeitada, e, em termos fluminenses, até admirada, é, justamente, V. Ex.^a Não poderia, de maneira alguma, calar-me neste instante. V. Ex.^a tem uma liderança, no Estado do Rio de Janeiro, incontestável. Não pertencem a seu Partido; pelo contrário, disputamos a eleição e V. Ex.^a se conduziu com lealdade exemplar, trabalhando pelo seu companheiro de chapa, mas dando uma lição eloquente do quanto pode a educação política e também do que é, de fato, uma chefia como a que V. Ex.^a detém. Quanto ao discurso de V. Ex.^a, não quero entrar no mérito, porque entendo que a União Interparlamentar tem vários defeitos. Inclusive, segundo sei, as delegações estrangeiras são menores do que a do Brasil. A nossa é sempre maior. A exemplo de V. Ex.^a, nunca fiz parte da União Interparlamentar, na representação no exterior. Mas quero dizer que, com a seriedade que V. Ex.^a marca sua presença na vida pública, este mandato novo foi exercido com critério, com proficiência e dignidade. Este é o testemunho, a voz fluminense

que não poderia faltar, neste instante, não considerando, de maneira alguma, as fronteiras partidárias. V. Ex.^a merece o respeito do Brasil e, mais particularmente, do povo fluminense, pois no Estado do Rio fez sua carreira política.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Agradeço ao nobre Senador Vasconcelos Torres o aparte. Acho, entretanto, S. Ex.^a suspeito, para me elogiar, pois fez sua carreira ao meu lado, durante muito tempo, de onde vem a grande amizade que nos prende.

O Sr. Lourival Baptista — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. AMARAL PEIXOTO — Com prazer.

O Sr. Lourival Baptista — Também como membro da Delegação, quero, nesta oportunidade, neste plenário, dar meu testemunho de que V. Ex.^a, como membro da delegação, como coordenador da Bancada do seu Partido à 59.^a Reunião Interparlamentar, realizada em Paris, no mês de setembro último, demonstrou ação patriótica e eficiência ao enfrentar os problemas lá surgidos. V. Ex.^a, naquela oportunidade, tudo fez para elevar o nome do Brasil.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Muito obrigado a V. Ex.^a, Senador Lourival Baptista, pelo aparte com que me honra.

(Retomando a leitura.)

Desde as primeiras sessões traçamos a linha de conduta que deveríamos seguir e da qual não nos afastamos.

Discordamos de algumas declarações de companheiros, mas nenhuma de molde a exigir uma retificação. Eram pontos de vista pessoais que nós respeitávamos, embora não concordássemos.

Já na Sessão de 3 de setembro surgiu um caso assaz importante. O representante da Índia apresentou um projeto de resolução para que a Conferência tomasse conhecimento do problema dos refugiados do Paquistão Oriental. Uma questão que envolvia a sorte de 8 milhões de pessoas não poderia ser considerada como problema interno de um país. Eram 500.000 mortos nos massacres feitos pelas forças do Paquistão Ocidental. Na fronteira com a Índia a situação era de calamidade. Havia províncias em que o número de refugiados era maior do que a população local. A fome e as doenças criavam situações alarmantes que exigiam providências imediatas. Só para serem alimentados pelo prazo de seis meses, necessitavam de 600 milhões de dólares. Além das fotografias exibidas, realmente estarecedoras, impressionaram-me as declarações do Secretário-Geral das Nações Unidas descreven-

do a situação "como um dos episódios mais trágicos da história humana" e "uma mancha nos anais da humanidade". Senti, desde o início da discussão, que a tendência geral era para aprovar a resolução e julguei ser de nossa tradição o apoio a tal medida.

O chefe da Delegação do Brasil, Deputado Flávio Marcílio, preferiu escolher o caminho da abstenção, com o qual não concordei. Fiz ver que em casos semelhantes devíamos ser previamente consultados, para que o nosso voto fosse devidamente apurado. prontamente o Deputado Flávio Marcílio concordou e devo declarar que daí em diante não tivemos dificuldades maiores. Como a votação foi repetida — houvera um erro na fixação do quorum — os votos da Oposição brasileira foram dados aprovando a proposta da Índia. De 775 votantes, 627 pronunciaram-se a favor, 59 contra e 89 abstiveram-se de votar. Resolvido esse primeiro impasse, tudo passou a correr bem. Éramos consultados em cada votação e algumas vezes até os próprios representantes da ARENA dividiram-se de acordo com suas tendências, em demonstrações democráticas. Registro, e isso é motivo de orgulho para nós, que reinou o mais perfeito entendimento em nossos trabalhos. Durante dez dias os Delegados brasileiros mantiveram-se unidos. O chefe do Grupo Brasileiro, Deputado Flávio Marcílio, muito contribuiu para isso.

Na Comissão para Assuntos Políticos, de Segurança e de Desarmamento da qual fiz parte, ora com o Deputado Clóvis Stenzel, ora com o Deputado Amaral de Souza, entendemo-nos muito bem, embora nem sempre votássemos igualmente. Procurei agir de acordo com o que julgava ser o sentimento do povo brasileiro e as nossas conveniências. Apoiei todas as emendas que facilitavam o entendimento entre os povos e entre as nações; procurei fazer com que fossem aprovadas as medidas em favor do desarmamento, muito especialmente a eliminação das armas nucleares. Tudo o que objetivava diminuir as disparidades econômicas e sociais entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento e o reconhecimento do direito de cada povo de governar-se livremente, mereceu o nosso apoio, o nosso voto, assim como a condenação do colonialismo, da segregação e discriminação racial.

Lamento que o precário sistema de votação adotado na Conferência não tenha permitido fixar as posições de cada Delegado, nem mesmo a receptividade em relação a cada proposição.

No terceiro dia da Conferência fomos informados pelo Deputado Flá-

vio Marcílio de que uma moção seria apresentada pela Delegação da Venezuela, criticando violentamente o Brasil, tentando levar para o plenário assuntos de nossa política interna. Seria um precedente desagradável em conferência internacional e uma iniciativa que poderia ter desdobramentos imprevisíveis. Os representantes do MDB não vacilaram. Não contribuiriam para fomentar qualquer campanha contra o Brasil, mas, tampouco, poderiam assumir posições que comprometessem as que haviam tomado dentro do País. Admitiriam uma ação conjunta da Delegação, desde que fossem ouvidos e concordassem com os termos da declaração a ser feita.

Pareceu-me que se procurou fazer uma campanha de boatos, espalhando notícias as mais diversas, com o objetivo de intranquilizar a Delegação brasileira. Finalmente, o Deputado Flávio Marcílio precisou o que chegara ao seu conhecimento. Um documento, assinado por Deputados de vários países, inclusive da Venezuela, que seria o seu autor, fora endereçado ao Presidente do Conselho. Com o objetivo de evitar que o assunto fosse levado a plenário, os dois representantes brasileiros no Conselho prepararam uma nota para ser apresentada, caso o Presidente tomasse em consideração o documento e o submetesse à discussão. Devíamos estar preparados para o debate se o assunto tivesse prosseguimento. Conversamos francamente sobre as razões que poderíamos apresentar contra a aprovação da medida. Os representantes da ARENA, como era natural, queriam fazer a defesa do Governo e estavam prontos para isso. Nós do MDB ficaríamos numa questão de princípios. Sem entrar no exame do que era imputado ao Governo, na análise dos casos citados, éramos contra porque julgávamos que a Conferência, ou qualquer outra reunião internacional, não deveria imiscuir-se em problemas que eram nossos e por nós deveriam ser resolvidos. Não poderíamos, porém, perder de vista que nesta Casa do Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados, representantes nossos haviam discutido o assunto, firmando posição, à qual teríamos de ser fiéis em todos os momentos. No Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana o mesmo acontecera e a imprensa de todo o País noticiara amplamente o pensamento dos Líderes do MDB, Senador Nelson Carneiro e Deputado Pedroso Horta, e do Senador Danton Jobim, ilustre correligionário nosso, membro daquele Conselho, como Presidente da Associação Brasileira de Imprensa.

Foi com esse espírito que redigimos a nota que leríamos em plenário com a aprovação de todos os representant-

tes emedebistas: Quero frisar bem que esta nota, como qualquer outra, não vai figurar nos Anais da Conferência, porque não houve oportunidade para o debate.

A nota é a seguinte:

"Os brasileiros, representantes do Partido da Oposição à 59.^a Conferência Interparlamentar, tendo em vista as declarações feitas em nome dos Delegados brasileiros, pertencentes ao Partido Governamental, julgam-se na obrigação de definir sua posição.

Nós não temos a intenção de debater, nesta Conferência Interparlamentar, os problemas internos de nosso País, problemas que nos dividem profundamente.

No que diz respeito aos princípios democráticos e às liberdades públicas e garantias individuais, que são o bem-comum da humanidade, temos compromissos irrevogáveis com o povo brasileiro. Eles nos obrigam a sustentar, sem temor e sem desfalecimento, de acordo com o programa do nosso Partido, a restauração do Estado de direito, quaisquer que sejam as circunstâncias e as dificuldades. Nós defendemos o sistema representativo de Governo por meio do sufrágio popular, em todos os níveis, em regime de liberdade democrática, compreendendo necessariamente o respeito integral dos direitos e da dignidade da pessoa humana, assim como o restabelecimento da liberdade de informar e de criticar.

Nós estamos na Oposição e nossas atitudes são as de um partido de oposição. Mas, nós não queremos que a nossa luta sem trégua contra certas medidas de nosso Governo ultrapasse nossas fronteiras.

Sem nos associarmos às declarações dos membros da Delegação do Brasil, que se acham ao lado do atual Governo, nosso sentimento nacional, nossa discrição nos aconselham a guardar silêncio, sobre problemas que nós, e somente nós, devemos resolver.

Esta é a declaração que os representantes da minoria parlamentar do Brasil tinham o dever de fazer."

Esta nota não circulou na Conferência, não constará dos Anais, nem foi publicada na imprensa francesa. Nem ela nem a que foi endereçada ao Conselho.

O Sr. Benjamin Farah — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. AMARAL PEIXOTO — Com prazer.

O Sr. Benjamin Farah — Quero não felicitar V. Ex.^a, mas a Casa pela sua

presença na tribuna. O seu pronunciamento é de um homem de bem, de um homem cujo passado já foi ressaltado aqui, com tintas vivas, pelos meus nobres Colegas, e não precisamos tecer a respeito qualquer comentário mais. Todos sabemos que V. Ex.^a teve sua presença durante longos anos, na vida pública, sempre marcada com serenidade, equilíbrio e dignidade que todos estamos acostumados a admirar. O discurso que V. Ex.^a está pronunciando é do mais alto interesse, não só para o nosso Partido, como para esta Casa; para o Partido, porque as nossas posições são claras, conforme ficou definido, através das atitudes que o nobre Colega e os outros Companheiros tomaram naquela Conferência, avultando V. Ex.^a porque era o coordenador da delegação. Posições admiráveis que merecem o nosso respeito e menção honrosa, como essa, no caso do desarmamento, sobretudo, das armas nucleares, o caso das desigualdades entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, e essa nota que foi escrita e seria apresentada, principalmente neste caso, quando diz:

(Lendo.)

"Nós estamos na Oposição e nossas atitudes são as de um partido de oposição. Mas nós não queremos que a nossa luta sem trégua contra certas medidas do nosso Governo ultrapasse nossas fronteiras.

Sem nos associarmos às declarações dos membros da Delegação do Brasil, que se acham ao lado do atual Governo, nosso sentimento nacional, nossa discrição nos aconselham a guardar silêncio sobre problemas que nós, e somente nós, devemos resolver."

De modo que, Sr. Senador, o comportamento da nossa delegação merece os nossos aplausos, os aplausos do Partido, os aplausos do Senado. Lamento apenas que essas conferências não tenham poder decisório, que as recomendações que lá se fazem nem sempre são aceitas pelos governos. Mas, de qualquer modo, é como V. Ex.^a bem diz: essas conferências têm o sentido de contatos, de entrelaçamentos, de confraternização entre os parlamentares de todo o mundo, e isto tem sempre um resultado positivo. Estou feliz por ouvi-lo neste momento. Este discurso, para mim, é de alta significação. A nossa delegação se comportou acima de tudo, como brasileiros que amam esta Pátria, que respeitam esta Pátria e querem bem a este País.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Muito obrigado a V. Ex.^a, nobre Senador Benjamin Farah. Quero dizer a V. Ex.^a que nós, permanentemente, tínhamos em vista o reflexo da nossa atitude em Paris, como disse no começo, sobre nossos correligionários, sobre aqueles que nos deram o mandato como um

compromisso e que nós desempenhamos.

O Sr. Arnon de Mello — V. Ex.^a dá licença para um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — A Presidência lembra ao nobre orador que o seu tempo está esgotado.

O SR. ARNON DE MELLO — Dois minutos, Sr. Presidente, por favor, de acordo com o Regimento. Estimaria dizer algumas palavras a respeito do magnífico discurso do nobre Senador Amaral Peixoto. Senador Amaral Peixoto, pelo nosso Partido já o apartearam vários companheiros, inclusive o nosso eminente Líder, Senador Ruy Santos, mas eu gostaria de destacar que a correção com que V. Ex.^a se houve como coordenador da Delegação do MDB à Conferência Interparlamentar de Paris não me surpreendeu, pois que acompanho a vida política de V. Ex.^a desde que nela V. Ex.^a ingressou. As posições que V. Ex.^a tem tomado, não só no Senado como antes na Câmara dos Deputados, não nos fariam, aos que o conhecem, esperar outra atitude de V. Ex.^a Mas gostaria de destacar uma afirmação de V. Ex.^a sobre a conduta, no exterior, de um representante do Partido da Oposição. Fora do Brasil, não há oposicionistas e situacionistas mas somente brasileiros. Aqui no Senado, pelo que tenho observado, V. Ex.^a, embora Senador da Oposição, conduz-se com a mesma elevação. V. Ex.^a não faz oposição aos acertos do Governo. V. Ex.^a faz oposição ao que considera falho, ao que considera erro ou omissão, aos problemas que urge sejam resolvidos. V. Ex.^a tem serenidade para reconhecer os bons propósitos do seus adversários, com espírito público e amor ao Brasil.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Permite-me V. Ex.^a, um contra-aparte ao seu aparte?

Já declarei, desta tribuna, que sou oposição ao Governo e não oposição ao Brasil. Tratando-se de interesse do País, não podemos ser contra. Temos obrigação de fiscalizar o Governo e de apontar todos os seus erros.

O Sr. Arnon de Mello — Diria melhor que V. Ex.^a é oposição ao que considera erros do Governo e não aos seus acertos. São aspectos da personalidade de V. Ex.^a que refiro por amor à verdade.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Muito obrigado a V. Ex.^a, Senador Arnon de Mello.

Cumprindo a determinação do Sr. Presidente, vou procurar ser breve e terminar o meu discurso.

(Retomando a leitura.)

A Conferência chegou a seu final e o assunto não foi cogitado, nem na Comissão e muito menos em plenário. Não tínhamos, portanto, que fazer qualquer pronunciamento. Estávamos

tranquilos com o nosso procedimento, quer em relação ao País, quer quanto aos compromissos partidários.

O relatório do ilustre Chefe de Grupo Brasileiro da União Interparlamentar na Sessão da Câmara dos Deputados, em 7 do corrente mês, obriga-me a ocupar a atenção do Senado para prestar esses esclarecimentos, fixando nosso comportamento.

Voltarei a ocupar a atenção dos meus ilustres pares para transmitir as observações que pude colher na Conferência durante a permanência em vários países europeus. Enquanto lá estive, fatos da maior importância aconteceram. A crise do dólar e suas repercussões financeiras e política. O acordo, ou melhor, o chamado acordo das quatro potências sobre Berlim. Visitas feitas e visitas anunciadas de líderes do Ocidente a países do Oriente e pude assistir a uma das coisas que mais me impressionou: ao formidável deslocamento das populações das grandes cidades, de uns países para os outros, em busca de repouso, em busca de férias, às suas intensas e persistentes atividades, e com isso movimentando milhões e milhões de dólares para a chamada indústria do turismo de que tanto se fala atualmente em nosso País. Cada um desses assuntos justificaria um discurso. Mas isto é outra história que ficará para mais tarde.

Volto à Conferência Interparlamentar.

O discurso inaugural, pronunciado pelo Presidente Pompidou, teve grande repercussão. Focalizamos os trechos em que o eminente homem público ao referir-se ao papel dos Parla-mentos mostrou a complexidade das decisões do poder, dominados por considerações técnicas. Muitas vezes, na elaboração das leis, há necessidade de especialistas, altamente categorizados que se apoiam nos ordenadores, para a solução de determinados problemas. Mas há uma fatalidade — e S. Ex.^a, neste ponto, despertou muita atenção para o seu discurso — e um grande perigo, porque nem o especialista, nem a máquina, tomam conhecimento daquilo que no homem escapa às leis da eletrônica e da especialização. Concluiu o Presidente Pompidou que os parlamentares, representantes do povo, são os que estão em condições de reagir contra os excessos da tecnocracia e dar à gestão pública o sentimento do indivíduo, com suas aspirações, dúvidas e com os seus erros.

Era, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o reconhecimento que nós, homens políticos, é que temos a sensibilidade necessária para atender às justas aspirações das massas e dar um sentido humano à gestão dos negócios governamentais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eram estas as declarações que eu queria fa-

zer aos meus ilustres Pares do Senado e, através desta alta tribuna, levar ao conhecimento dos meus correligionários qual foi a nossa conduta, a conduta dos representantes do MDB na Conferência da União Interparlamentar.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. AMARAL PEIXOTO — Com muito prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — Sei que V. Ex.^a está concluindo o seu discurso, o qual estou acompanhando com bastante atenção. Quero dizer a V. Ex.^a que estávamos aqui completamente tranquilos pela maneira como V. Ex.^a e seu companheiro, também pertencente à representação da Minoria nesta Casa, o Senador Danton Jobim, haveriam de, com bom senso, com equilíbrio, marcar a nossa posição na Conferência da União Interparlamentar que se realizou em Paris. No ano passado, tivemos, ali, sorte um pouco diferente da de V. Ex.^{as} Fomos a Haia e lá, por todos os meios, fomos perturbados, não através de informações ou de recursos escritos, mas provocados por um deputado francês e outro holandês, de esquerda, que fizeram as mais tremendas acusações ao Brasil. Quero dizer que nós também tivemos uma conduta idêntica — resolvemos não discutir os problemas que interessavam ao Brasil, enquanto no exterior. O mesmo ocorreu agora em Caracas. De maneira que desejo congratular-me com V. Ex.^a Foi emitida a nota que V. Ex.^a acaba de ler e tomaram-se todas as providências harmonicamente, porque esse deve ser o pensamento e a conduta de parlamentares que tomam parte em comissões que vão ao estrangeiro para participar dos encontros da União Interparlamentar ou do Parlamento latino-americano, onde se apresentam elementos dos dois Partidos, quando devemos sempre defender a classe política e o nome do nosso País, deixando para discutir nossos problemas dentro do nosso território. Quero dar o meu aplauso a V. Ex.^a e a seu companheiro, Senador Danton Jobim, congratulando-me pelo modo feliz, correto e equilibrado com que se conduziram. E antes de bater palmas pela magnífica exposição que V. Ex.^a está fazendo — e que o Sr. Presidente, quebrando a rigidez do Regimento, permitiu que V. Ex.^a pudesse concluir — desde logo vão aqui as minhas felicitações pelo procedimento de V. Ex.^a e do Sr. Senador Danton Jobim na reunião parlamentar de Paris.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Agradeço ao nobre Senador Ruy Carneiro, meu ilustre amigo, pela gentileza das referências tão amáveis à minha pessoa e quero dizer a S. Ex.^a que, realmente, tem toda a razão quando pensa, como eu, que todos os políticos devemos ter, permanentemente, o pensamento de defender o homem

que, com sacrifício de sua saúde, de seus interesses, muitas vezes de sua família, se resolve a atuar na vida pública do País.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Governo do Presidente Garrastazu Médici está, como é do conhecimento da Nação, empenhado no fortalecimento do processo de integração nacional através da correção das disparidades regionais, grave ameaça ao desenvolvimento seguro e equilibrado do Brasil. Essa preocupação contribuiu, decisivamente, para a decisão de criar o Pólo Petroquímico do Nordeste, a ser estabelecido, sobretudo, na Bahia.

O máximo de desenvolvimento no menor prazo de tempo constitui, por outro lado, a inspiração maior do gigantesco esforço de crescimento que vem sendo realizado pelo Governo Federal, como tem sido proclamado pelo eminente Presidente Garrastazu Médici e por seus Ministros, especialmente o Ministro da Fazenda, Professor Delfim Netto. E é nesse contexto que se enquadram as decisões adotadas no tocante à indústria petroquímica que, conforme declarou o Ministro da Indústria e do Comércio, Economista Marcus Vinícius Pratini de Moraes, o atual Governo deseja fortalecer e desenvolver de tal forma que, já em 1980, o Brasil se situe entre os dez primeiros países nesse decisivo setor da indústria moderna. Para isso, serão realizados, durante esta década, investimentos de aproximadamente dois bilhões de dólares, dentro de uma estratégia que nos garantirá condições competitivas para nossos produtos petroquímicos. Daí a esquematização de uma política moderna, que prevê a elaboração de projetos globais concebidos em função dos custos, dimensão e tecnologia a mais moderna e adequada às nossas necessidades. Foi a partir dessas premissas fundamentais, de caráter predominantemente nacional, que se chegou à decisão da implantação de dois Pólos Petroquímicos: um, situado em São Paulo e, outro, na Bahia, fórmula coerente e capaz de viabilizar o projeto petroquímico brasileiro.

Para o Nordeste, a decisão sobre o Pólo Petroquímico a ser instalado na Bahia, terá repercussão extraordinária, pois o efeito multiplicador da indústria petroquímica será, naquela região, inigualável, uma vez que lá se conjugam condições favoráveis, talvez sem similar em qualquer parte do mundo, o que nos permite confiar em que o Pólo Petroquímico Nordestino alcançará nível elevado de rentabilidade e dimensão além das perspectivas mais otimistas.

O Sr. Heitor Dias — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Heitor Dias — V. Ex.^a está abordando um tema da maior oportunidade e fazendo justiça ao grande trabalho da Revolução e, sobretudo, ao programa de trabalho e norma de governo do Presidente Médici. V. Ex.^a localiza bem quando situa o Programa de Governo em vários pólos de atividade. Isto vem corrigir um erro antigo que consistia, sobretudo, na centralização das riquezas e programas de trabalho no Sul do País. O empobrecimento do Norte e do Nordeste do País se origina sobretudo desse descompasso de governos anteriores. Felizmente, o Governo da Revolução voltou seus olhos para todo o Brasil e é claro que teve de enfatizar o seu trabalho, sobretudo no Norte e Nordeste, a zona mais pobre do nosso País. E ainda quero felicitar-me, como baiano, quando vejo o Governo do Presidente Médici fazer que se implante na Bahia um dos pólos petroquímicos do Brasil. Não há dúvida de que, com esta iniciativa, abrem-se novas clareiras e promissoras horizontes não apenas para o grande Estado do Norte, mas também com reflexos para todo o Norte e Nordeste do País. De modo que, eminente Senador Lourival Baptista, focalizando V. Ex.^a assunto de tão magna importância, não posso deixar de fazer minhas as suas palavras quando enaltece o trabalho do Governo Federal, sobretudo porque S. Ex.^a o Presidente Médici se sente cada vez mais preocupado em atender aos altos interesses do Norte e do Nordeste do Brasil.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Agradeço a V. Ex.^a, eminente Senador Heitor Dias, o aparte que acaba de dar e que vem honrar meu pronunciamento.

(Retomando a leitura.)

O êxito do projeto petroquímico, no entanto, somente será completo se forem levados em conta fatores ligados à necessidade da participação de todos os Estados nordestinos em que a existência abundante de matérias-primas justifica e impõe a implantação de um complexo industrial a ser desenvolvido, basicamente, no eixo Salvador—Aracaju—Maceió—Recife, com ramificações noutros Estados, fora dessa área.

Esse complexo industrial terá de basear-se na associação dos produtos petroquímicos básicos da central baiana com os produtos derivados de matérias-primas existentes principalmente em Sergipe, Alagoas e Pernambuco, propiciando o surgimento de uma variedade imensa de indústrias de transformação dos produtos petroquímicos de segunda e terceira gerações que se espalhariam por todo o

Nordeste. No Brasil há atualmente, antes mesmo da era petroquímica que se inicia, cerca de quinze mil dessas indústrias, doze mil das quais situadas somente em São Paulo. Considerado isto, fácil nos é fazer uma idéia do que significará para o Nordeste a instalação do Pólo Petroquímico.

É justamente diante dessas perspectivas, que se torna urgente e indispensável a soma de esforços dos Estados nordestinos com os dos órgãos do Governo Federal ligados ao problema, para o estabelecimento de uma ação coordenada que permita a esquematização de uma política comum, capaz de tornar a região apta para o aproveitamento integral das possibilidades da petroquímica. Como representante de um Estado nordestino, considero ser este um momento decisivo para a nossa região. E, por conseguinte, terá de provocar atitudes resultantes da conjugação de objetivos, e nunca propiciar ações isoladas que poderiam, pelos efeitos dispersivos, provocar frustração em todos.

Acredito, por isto, que este não é o momento de competição, mas de união do Nordeste. Do contrário, estaríamos nós mesmo contribuindo para dificultar a meta de integração e a correção das disparidades inter-regionais, que interessam a todos os nossos Estados.

O incremento da taxa de desenvolvimento do Nordeste e a redução das diferenças que nos separam do Centro-Sul, em termos de renda per capita, dependerão substancialmente da política que for seguida por toda a região em relação à petroquímica. E, estando envolvidos na questão interesses comuns, torna-se imprescindível o planejamento de uma ação conjunta, que una os Estados Nordestinos e os órgãos do Governo Federal, especialmente a SUDENE.

Sr. Presidente, no quadro geral do desenvolvimento das indústrias químicas no Brasil, possuímos situação privilegiada. A ocorrência em quantidades consideráveis, de óleo e gás em Sergipe e na Bahia; dos sais de potássio em Sergipe; do sal-gema em Alagoas; e do fósforo em Pernambuco, tornam possível a criação de um complexo mineral petroquímico nesses Estados, que tornaria viável o fornecimento, a preços competitivos, de fertilizantes ao mercado nacional, abrindo, ainda, excelentes possibilidades para a exportação, como também para os produtos de uma usina de cloro-soda, de localização a ser estudada. Em relação à produção de óleo e gás, fatores que, associados, representam quase a certeza de êxito para qualquer projeto petroquímico, deve ser assinalado que somente na plataforma continental sergipana os campos de Caioba e Guaricema estarão produzindo, já no próximo ano, cem mil

barris diários de petróleo, o que apresentará cerca de cinquenta por cento da produção total do País. Já em 1972, o gás da plataforma marítima começará a ser queimado nas proximidades do terminal de Atalaia, e o aumento já previsto de sua produção fará ultrapassar a cifra dos três milhões de metros cúbicos diários, o que impõe sua imediata utilização como matéria-prima básica pela Central Petroquímica.

A utilização desses imensos recursos naturais, por processos industriais associados e a implantação de indústrias de transformação que absorveriam os produtos intermediários e básicos desse complexo mineral-petroquímico, constituem problema que, pelas suas imensas repercussões, deve ser estudado e equacionado por todo o Nordeste, à busca de soluções racionais que definam para cada Estado o setor que lhe deverá tocar dentro do complexo industrial, sem que área alguma seja condenada à condição secundária de mero fornecedor de matéria-prima, o que provocaria, dentro da própria Região, distorções e desigualdades inadmissíveis.

A título apenas de demonstração prática da natureza do estudo que deverá ser elaborado para o Nordeste, em função da nova realidade petroquímica, bastaria que citássemos o caso da indústria têxtil, ramo de atividade tradicional na Região.

A indústria têxtil nordestina vive, há muitos anos, uma crise motivada sobretudo pela obsolescência dos processos de produção. Em Sergipe, por exemplo, esta indústria marcou, no começo do Século, o início do nosso processo de industrialização e a crise neste setor tornou-se uma das causas da frustração dos nossos meios empresariais, dificultando a integração de Sergipe no processo de desenvolvimento industrial iniciado pela SUDENE no Nordeste.

O Sr. Heitor Dias — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com muito prazer, eminente Senador Heitor Dias.

O Sr. Heitor Dias — V. Ex.^a referiu-se ao declínio da indústria têxtil, em Sergipe. Esse declínio, sabe V. Ex.^a, atingiu aos Estados do Norte e do Nordeste. A Bahia é outra vítima. Não ignora V. Ex.^a que grandes fábricas de tecidos, no passado, tiveram lugar de destaque na indústria nacional, e conhece V. Ex.^a a grande obra de um industrial que se celebrou pela sua visão, o grande Luiz Tarquinio. Entretanto, a indústria têxtil na Bahia sofreu, também, declínio terrível. Mas não tenho dúvidas, eminente Senador, de que novos horizontes se abrem para nosso Norte e nosso Nordeste. A Bahia já tomou um aceleramento, e não vai mais retroagir. Sergipe, como todos os

outros Estados do Norte e do Nordeste do país, entrará na mesma linha de ação. Estamos todos unidos nos mesmos propósitos e nas mesmas reivindicações. E, felizmente, a esta altura, temos um governo que tem, não apenas visão e ouvidos, mas, também, coração para sentir a realidade nacional.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Muito obrigado, eminente Senador Heitor Dias.

(Refoma a leitura.)

Em maior ou menor grau, este fenômeno sucedeu também nos demais Estados nordestinos. Agora, surgem amplas possibilidades para toda a indústria têxtil nordestina, tendo algumas, em Sergipe, conseguido financiamento para modernização de seu equipamento. A central petroquímica irá fornecer a matéria-prima necessária aos produtos sintéticos a preços que tornarão nossa produção competitiva, tanto no mercado interno como no externo. A completa reestruturação do esquema de produção da indústria têxtil nordestina é, assim, problema da maior importância, que surge com a implantação da petroquímica e precisa ser objeto de estudos imediatos e que não poderão ser feitos isoladamente, conforme já acentuamos, em função do interesse comum predominante no Nordeste.

Sr. Presidente, estas desprezíveis considerações nos foram ditas pelo dever de representante de Sergipe nesta Casa, Estado que muito tem a dar para o êxito do Pólo Petroquímico Nordeste e que, também, há que receber benefícios a que faz jus dessa histórica decisão do governo do eminente Presidente Garrastazu Médici. Resta-nos dizer que nosso propósito maior está em abrir debate, estudo e análise em torno de aspectos de suma relevância para o futuro petroquímico do Nordeste e, simultaneamente, o desenvolvimento justo e equilibrado de toda a região, o que é do interesse nacional e convém entre irmãos. (Muito bem! Palmas.)

Comparecem mais os Srs. Senadores:

José Guimard — José Lindoso — Alexandre Costa — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Paulo Guerra — Wilson Campos — Luiz Cavalcante — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Amiral Peixoto — Gustavo Capanema — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Emival Caiado — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Antônio Carlos — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Há projeto sobre a mesa, que vai ser lido pelo Sr. 1.^o Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 92, de 1971

Determina que, na aposentadoria por tempo de serviço, o período de trabalho prestado pelo empregado em atividades penosas, insalubres ou perigosas será calculado com base nos critérios aplicáveis à contagem do tempo para gozo da aposentadoria especial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.^o — Acrescente-se ao artigo 32 da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960) o seguinte parágrafo:

“§ 10 — Na aposentadoria por tempo de serviço, o período de trabalho prestado pelo segurado em atividades penosas, insalubres ou perigosas será calculado com base nos critérios aplicáveis à contagem do tempo para gozo da aposentadoria especial.”

Art. 2.^o — Entrará esta lei em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A aposentadoria por tempo de serviço é concedida aos segurados da previdência social aos trinta e cinco anos de trabalho com cem por cento do salário-de-benefício e aos trinta anos de serviço com oitenta por cento desse salário, na forma destes dispositivos da Lei Orgânica da Previdência Social:

“Art. 32 — A aposentadoria por tempo de serviço será concedida aos 30 (trinta) anos de serviço, no valor correspondente a:

I — 80% (oitenta por cento) do salário de benefício ao segurado do sexo masculino;

II — 100% (cem por cento) do mesmo salário, ao segurado do sexo feminino.

§ 1.^o — Para o segurado do sexo masculino que continuar em atividade após 30 (trinta) anos de serviço, o valor da aposentadoria será acrescido de 4% (quatro por cento) do salário de benefício para cada novo ano completo de atividade abrangida pela previdência social, até o máximo de 100% (cem por cento) desse salário aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço.”

A mesma legislação prevê, também, a concessão da Aposentadoria Especial aos 15, 20 ou 25 anos, conforme a atividade profissional, em serviços que, para esse fim, tiverem sido considerados penosos, insalubres ou perigosos, consoante os seguintes dispositivos:

“Art. 31 — A aposentadoria especial será concedida ao segurado

que, contando, no mínimo, 15 (quinze) anos de contribuições, tenha trabalhado durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, pelo menos, conforme a atividade profissional, em serviços que, para esse efeito, forem considerados penosos, insalubres ou perigosos, por decreto do Poder Executivo."

Ocorre, constantemente, entretanto, que o empregado, depois de longos anos de trabalho em atividade que lhe daria o direito de aposentar-se com menor tempo de serviço, dela se afasta por deficiência físicas provocadas pela própria natureza do trabalho, antes de completar o prazo mínimo para aposentadoria especial. Fica então obrigado a completar 35 anos de trabalho para, só então, beneficiar-se da aposentadoria por tempo de serviço.

Essa exigência, que vem sendo feita, nos parece incompatível com a própria legislação vigente, se interpretada sem a rigidez com que tem sido. Procedimento, aliás, inaceitável na aplicação de diplomas legais de caráter eminentemente social. O próprio Código Civil determina que:

"Art. 5.º — Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais que ela se dirige e às exigências do bem comum."

Dessa forma o projeto, afinal, transforma em texto legal expresso o que, a rigor, está implícito na legislação. E faz, sobretudo, justiça aos trabalhadores vinculados ao INPS.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1971. — **Franco Montoro.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N.º 3.807 DE 26-8-60

CAPÍTULO V

Da Aposentadoria Especial

Art. 31 — A aposentadoria especial será concedida ao segurado que, contando no mínimo 50 (cinquenta) anos de idade e 15 (quinze) anos de contribuições, tenha trabalhado durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos pelo menos, conforme a atividade profissional, em serviço que, para esse efeito, forem considerados penosos, insalubres ou perigosos, por Decreto do Poder Executivo.

§ 1.º — A aposentadoria especial consistirá numa renda mensal calculada na forma do § 4.º do art. 27, aplicando-se-lhe, outrossim, o disposto no § 1.º do art. 30.

§ 2.º — Reger-se-á pela respectiva legislação especial a aposentadoria dos aeronautas e a dos jornalistas profissionais.

CAPÍTULO VI

Da Aposentadoria por Tempo de Serviço

Art. 32 — A aposentadoria por tempo de serviço será concedida ao segurado

que completar 30 (trinta) e 35 (trinta e cinco) anos de serviço, respectivamente, com 80% (oitenta por cento) do salário de benefício no primeiro caso, e, integralmente, no segundo.

§ 1.º — O segundo que continuar em atividade após 30 (trinta) anos de serviço terá assegurada a percepção da aposentadoria, acrescida de mais 4% (quatro por cento) do salário de benefício, para cada grupo de 12 (doze) contribuições mensais, até o máximo de 20% (vinte por cento).

§ 2.º — A prova de tempo de serviço, para os efeitos deste artigo, bem assim a forma de pagamento da indenização correspondente ao tempo em que o segurado não haja contribuído para a previdência social, será feita de acordo com o estatuido no regulamento desta lei.

§ 3.º — Todo segurado que, com direito ao gozo da aposentadoria de que trata este artigo, optar pelo prosseguimento no emprego, ou na atividade, fará jus a um abono mensal de 25% (vinte e cinco por cento) do salário de benefício, a cargo da previdência social.

§ 4.º — O abono de que trata o parágrafo anterior não se incorpora à aposentadoria ou pensão.

§ 5.º — Para os efeitos deste artigo, o segurado ficará obrigado a indenizar a instituição a que estiver filiado, pelo tempo de serviço averbado, e sobre o qual não haja contribuído.

§ 6.º — Para os efeitos deste artigo, computar-se-á em dobro o prazo da licença-prêmio não utilizado.

§ 7.º — A aposentadoria por tempo de serviço será devida a contar da data do comprovado desligamento do emprego ou efetivo afastamento da atividade, que só deverá ocorrer após a concessão do benefício.

§ 8.º — Além das demais condições estipuladas neste artigo, a concessão da aposentadoria por tempo de serviço dependerá da realização, pelo segurado, de no mínimo 60 (sessenta) contribuições mensais.

§ 9.º — Não será admissível para computo de tempo de serviço prova exclusivamente testemunhal.

CAPÍTULO VII

Do Auxílio-Natalidade

Art. 33 — O auxílio-natalidade garantirá, após a realização de 12 (doze) contribuições mensais, à segurada gestante, ou ao segurado, pelo parto de sua esposa não segurada, ou de pessoa designada na forma do § 1.º do art. 11, desde que inscrita esta pelo menos 300 (trezentos) dias antes do parto, uma quantia, paga de uma só vez, igual ao salário-mínimo vigente na localidade de trabalho do segurado.

Parágrafo único — É obrigatório, independentemente do cumprimento

do prazo de carência, a assistência à maternidade, na forma permitida pelas condições da localidade em que a gestante residir.

CAPÍTULO VIII

Do Pecúlio

Art. 34 — Ocorrendo invalidez ou morte do segurado antes de completar o período de carência, ser-lhe-á restituída, ou aos seus beneficiários, em dobro, a importância das contribuições realizadas, acrescidas dos juros de 4% (quatro por cento).

CAPÍTULO IX

Da Assistência Financeira

Art. 35 — A assistência financeira ao segurado e seus dependentes, na forma estabelecida pelo regulamento desta lei, será concedida:

- a) para empréstimos simples;
- b) para construção ou aquisição de imóvel destinado, exclusivamente, à sua moradia;
- c) para fiança de garantia de aluguel da própria residência.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — O projeto vai às comissões competentes.

O SR. FRANCO MONTORO — Pela ordem, Sr. Presidente, para complementar a justificação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Tem a palavra pela ordem o Sr. Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o projeto, cujo artigo primeiro acabou de ser lido, teve a sua origem em diversas representações que recebemos de sindicatos e federações de trabalhadores de vários pontos do País.

Os empregados que trabalham em serviços penosos, insalubres ou perigosos têm, na forma da lei, direito a aposentadoria especial concedida após 15, 20 ou 25 anos de trabalho, conforme o caso, prevista expressamente na legislação. Ocorre, entretanto, muitas vezes, que o empregado, depois de longos anos de trabalho em atividades que lhe dariam direito à aposentadoria especial com menor tempo de serviço, dela se afasta por deficiências físicas, exatamente provocadas pela natureza insalubre do trabalho, antes de completar o prazo mínimo previsto para a aposentadoria especial, faltando-lhe, muitas vezes, apenas um ou dois anos. Fica, então, obrigado a completar mais 15 ou 20 anos de trabalho para beneficiar-se da aposentadoria por tempo de serviço.

Essa exigência, que vem sendo feita, nos parece incompatível com a atual legislação vigente, se interpreta-se sem a rigidez com que tem sido. Parece-nos de justiça que o tempo prestado numa atividade insalubre, seja contado de acordo com os critérios fixados pela legislação e proporcionalmente ao tempo prestado nesta atividade. Esta a finalidade do projeto. Trata-se de uma lei interpretativa, para cortar a interpretação rígida e desumana que vem sendo dada à legislação vigente.

Dessa forma, o projeto transforma, praticamente, em texto legal expresso o que, a rigor, está implícito nos fins sociais dessas disposições da Lei Orgânica da Previdência Social e faz, sobretudo, justiça aos trabalhadores que prestam serviços em atividades penosas, insalubres ou perigosas.

O sentido social do projeto, tenho a certeza, justificará, plenamente, sua aprovação pelo Congresso Nacional. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Está encerrado o período destinado ao Expediente.

A Ordem do Dia de hoje se destina a Trabalho das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Há ainda oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Vasconcelos Torres, por cessão do nobre Senador Ruy Santos.

O SR. VASCONCELOS TORRES (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Presidente Emílio Garrastazu Médici inaugurou hoje, em Brasília, a estação de passageiros possivelmente a mais moderna em toda a América Latina.

Quem veio para Brasília nos primórdios do seu funcionamento, necessariamente tem que se rejubilar com o evento. Quem viu um velho galpão, sem condições de conforto, sem as mínimas condições de higiene, quando o Poder aqui se instalava, e depois assistiu a melhora das instalações do lado oposto da pista, um barracão adaptado em gare aeroviária, já com os boxes de algumas companhias, mas apresentando as mesmas deficiências; quem, Sr. Presidente, tomado talvez por pessimismo, não acreditava que tão cedo se pudesse operar transformação tão radical do velho pardieiro, ser substituído por um verdadeiro palácio aeronáutico; quem, Sr. Presidente, ligado a Brasília, querendo bem não só à Capital, mas ao País, e admirando o atual Governo, não pode deixar de fazer um registro sobre o evento que marca a personalidade administrativa daquele que, inclusive, enfrentou campanha emocional de alguns elementos que desejavam que um outro plano para a estação de passageiros fosse executado. E aqui eu

me refiro, com respeito e, porque não dizer, com admiração, ao arquiteto Oscar Niemeyer, pai desses grandes blocos de cimento espalhados no Planalto Central, brilhante, inequivocamente grande, mas, também, teimoso e ciumento, que, tendo traçado, tendo riscado na sua prancheta, um outro tipo de prédio, motivou, inclusive, e aqui repito — emocionalmente — a população de Brasília e alguns dos seus elementos categorizados a intentarem ação popular para que o novo aeroporto, a nova estação de passageiros, não fosse construída. Mas, se elogio Oscar Niemeyer, tenho, também, forçosamente diante da realidade, que exaltar a engenharia especializada do Ministério da Aeronáutica e o descortino e a isenção com que tratam todos os problemas aviatórios deste País, que é a marca de um homem vivido e sofrido na Aeronáutica, justamente o Marechal-do-Ar Márcio de Souza e Mello, Titular do Ministério da Aeronáutica, a S. Ex.^a endereço os meus mais calorosos aplausos porque, mesmo antes de inaugurada a estação, teve o cuidado de experimentá-la.

Neste particular nós, particularmente eu, que praticamos o ping-pong aéreo, passando uma parte da semana em Brasília e outra na antiga capital da República, podemos, mais do que ninguém, dar o testemunho imediato do acerto e da clarividência de S. Ex.^a a respeito de todos os pormenores. A estação foi dada uma funcionalidade que, talvez, seja pioneira em toda a América.

Conheço alguns aeroportos e sei que somente o de Orly — centro de entroncamento aeronáutico não apenas da Europa como de todo o mundo — se avanteja, na aparelhagem eletrônica, ao que se instala em Brasília, no dia de hoje.

Nem mesmo o Aeroporto de Idlewild, hoje J. F. Kennedy — justa homenagem ao ex-Presidente dos Estados Unidos — dispõe de um conjunto de aparelhagem tão moderno como o de Brasília, que vi funcionar no dia de hoje.

O fato, Sr. Presidente, tem que merecer registro especial do Senado. É o que estou fazendo.

Os engenheiros do Ministério da Aeronáutica, com o apoio do Ministro Márcio de Souza e Mello, sem prejudicar, como se temia anteriormente, o conjunto arquitetônico de Brasília, realizaram obra que tem que ser exaltada e que faz jus à capacidade profissional dos que estão diretamente ligados ao Titular da Aeronáutica, subordinados a S. Ex.^a e integrados na reformulação da política aeronáutica brasileira.

Esta é a Semana da Asa, em que se homenageia a figura excelsa de Santos Dumont. Tenho que agrade-

cer ao Senado e à Câmara a aprovação de projeto de minha autoria, ontem sancionado pelo Chefe do Governo, por via do qual o Marechal-do-Ar Alberto Santos Dumont é considerado patrono da Aeronáutica. Nada mais merecido e mais adequado, porque ele o era de fato, mas não de direito. Agora, já a homenagem está consubstanciada em lei, em justo preito à figura excelsa que, por toda uma semana, é lembrada como uma glória, não apenas do Brasil, mas de toda a Humanidade.

A política aeronáutica, instalada pelo Brigadeiro Márcio de Souza e Mello, com o apoio do Presidente Médici, é de molde a fazer com que este País se situe, de fato, como uma potência.

A EMBRAER, nascida da inspiração dos oficiais de nossa aeronáutica militar, em São José dos Campos, provocou uma atividade febril e já conseguiu técnica toda especial na construção de aeronaves, não só de guerra mas também interessando à aviação comercial.

Os Bandeirantes que fabricamos, de tal modo foram considerados perfeitos, que, países como o México, a França — praticamente a pátria da aeronáutica — e vários outros se interessaram por este avião moderno, avião executivo, apropriado às linhas domésticas, que atende às necessidades do País.

Os projetos feitos, de igual modo, para a chamada aviação agrícola, com um avião classificado Tipo Ipanema, está prestando relevantes serviços a todas as áreas do País, principalmente àquelas vítimas periódicas de pragas e que têm um know-how totalmente brasileiro. Isto sem se falar naqueles aviões, motivo de orgulho para todo o povo brasileiro: os Xavantes.

Na Guanabara e no Estado de São Paulo, no desfile de 7 de Setembro, o povo viu com justo orgulho em voo razante, os dois primeiros jatos cognominados Xavantes. Foram eles construídos com a colaboração da Aero Mach italiana. Jatos rigorosamente fabricados neste País, representam a seriedade do Governo e, particularmente, do Ministério da Aeronáutica em encararem este assunto.

São feitos que colocam, realmente, a nossa Pátria numa situação invejável, perante a América do Sul e perante todo o mundo.

Sr. Presidente, o novo Aeroporto marca, efetivamente, um passo à frente no progresso da terra brasileira.

O Sr. José Lindoso — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com prazer.

O Sr. José Lindoso — Nobre Senador Vasconcelos Torres, estamos acompa-

nhando o discurso de V. Ex.^a nessa exaltação à Aeronáutica e no curso das comemorações da Semana da Asa, dedicada a homenagear aqueles que dominam o ar. Estávamos acompanhando com emoção e por isso mesmo não queríamos apartar-lo. A eloquência e o patriotismo com que V. Ex.^a está fazendo a colocação não só em torno da significação do Aeroporto de Brasília, do que ele representa em conquista no campo da técnica, no aspecto de modernidade, em concepção arquitetônica, na expressão de um aeroporto condigno com a Capital mais moderna do mundo, mas também nas considerações outras com relação à ação da Aeronáutica através do ITA, da nossa indústria aeronáutica — tudo isso, nobre Senador, sensibiliza a todos os brasileiros e particularmente a mim emociona demasiadamente. Estive, no princípio do ano, em companhia do Sr. Vice-Presidente da República, Almirante Rademacker, em São José dos Campos, e verificamos toda a linha e o desdobramento de atividades do ITA; voamos no **Bandeirante**, sob o céu do Brasil, e vimos a construção dos **Xavantes**, a programação do futuro **Amazonas**, outro tipo de avião que vai falar do desenvolvimento da nossa indústria aeronáutica, e pelo nome vale simbolicamente para traduzir a decisão nacional, da conquista e ocupação da Amazônia pelo Brasil. Queremos também nos associar a todas essas palavras, brotadas do coração de V. Ex.^a, iluminadas pela sua superior inteligência, em homenagem à Aeronáutica, recordando o que tem ela feito pela Amazônia, onde tem dado lições de tenacidade e de bravura, voando sobre a imensidão da floresta, ligando, portanto, aquelas paragens ao resto do Brasil através do Correio Aéreo Nacional, através da Força Aérea Brasileira, num serviço constante de servir à Pátria, de engrandecê-la pela bravura de uma mocidade que serve a essa Aeronáutica, nos orgulha por representar uma força cívica extraordinária a serviço da construção de um País que quer marchar para o futuro como a Pátria amante da paz, da liberdade e do progresso.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Obrigado a V. Ex.^a É a voz de um Estado que deve, realmente, à Força Aérea Brasileira. V. Ex.^a fez referência ao CAN — Correio Aéreo Nacional. Hoje, podemos, folheando as páginas do arquivo aeronáutico brasileiro, dizer que a Amazônia só ficou integrada ao Brasil — posso dizer a V. Ex.^a — pelo pioneirismo dos nossos aviadores militares do antigo Correio Aéreo Militar, hoje chamado Correio Aéreo Nacional.

O Sr. José Lindoso — É uma constatação histórica — permita-me dizer — que V. Ex.^a faz, e em rasgo de heroísmo e de grandeza só comparáveis, nos céus, aquilo que os bandeirantes fizeram pelos sertões do Brasil.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Exato. Não poderia haver imagem mais perfeita, acrescentando eu que nos primeiros aviões, ao tempo da chamada "aviação heróica", esses abnegados patriotas foram, de fato, bandeirantes que levaram a bandeira da Pátria até esses rincões, até à fronteira, quase chegando ao Pacífico e, hoje, prestando serviços a algumas nações do Pacífico, com um sentimento superior que já estava caracterizando o Brasil como uma potência de fato.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tudo isso que se observa, esse progresso imenso, esse aeroporto que vai ser mostrado a todo mundo, porque, nas pistas de Brasília, aviões de qualquer porte podem pousar, como o Jumbo Jet, que deve ter chegado hoje a Brasília, como o Concorde, como os aviões supersônicos — tudo isso faz com que elementos de fora não compreendam o impulso, a vitória conquistada pela nossa própria capacidade, e de quando em vez, ahures, temos rumores da perfídia, da inveja, da intriga e do despeito.

Ainda há poucos dias, o honrado Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Adalberto de Barros Nunes, com a perspicácia, a seriedade, a vocação do mar que exorna a personalidade do titular da Marinha, que, em palestra em um dos estabelecimentos superiores de ensino, chamava a atenção para o desguarnecimento dos mares do Atlântico Sul, assunto ventilado aqui por vários Senadores — e devo dizer, sem falsa modéstia, particularmente por mim. Temos que servir de base à política em boa hora implantada pelo Governo, a política da defesa do nosso litoral e das nossas riquezas na plataforma submarina e que ensejaram o decreto que, para mim, Sr. Presidente, tem assim um sabor de Lei Áurea, o Decreto-lei das 200 milhas, homologado unanimemente pelo Senado e pela Câmara.

É fato incontestável que o Atlântico Sul vive desguarnecido e que a Marinha brasileira, reaparelhando-se, procura incentivar as Armadas dos países coirmãos para prática semelhante, a fim de serem eliminados dos mares deste imenso litoral da América Latina os piratas soviéticos, como de outras nações, que, até bem pouco tempo, tinham, a menos de 200 milhas, seus navios praticando pesca predatória, com arrastões moderníssimos, matando as espécies, impedindo a reprodução da fauna marítima e chegando ao detalhe técnico de não só pescar mas até industrializar a bordo, enlutar e mesmo comercializar.

Sr. Presidente, cito o fato porque a Marinha, na fiscalização de nosso litoral, tem tido o apoio indispensável da Força Aérea Brasileira. Marinha e FAB se uniram, e juntamente com as Forças terrestres, na eliminação desse aventureirismo que até então campeava pelos nossos mares.

Desgraçadamente, esse esforço de desenvolvimento não é compreendido por alguns vizinhos nossos, eis que, na Argentina, que vive conturbada há muitos anos, vozes da extrema direita se levantam, ou para denegrir a nossa política governamental ou para estabelecer um clima de desentendimento que deve haver por parte de jornais como **La Crónica** e de personalidades como o Almirante Isaac Rojas, de uma atuação ainda a ser devidamente estudada na República platina, inspiram uma campanha hostil à nossa Pátria — e que no início da "Semana da Asa", elogiando esses marcos do desenvolvimento como estou fazendo hoje, como a inauguração de nosso aeroporto — inspiram uma campanha que visa a denegrir o nosso Governo e o nosso País.

Primeiro foi a revista **Primera Plana** que publicou uma charge insultuosa ao soldado brasileiro. Na capa havia uma figura com a epiderme da cor do ébano — aliás, um dos motivos de orgulho da nossa nacionalidade, o tripé racial que formou este País — e uma cerca de arame farpado, falavam no imperialismo brasileiro. Depois foi essa revista, ou esse jornal, esse periódico, que procurou menoscar as palavras sensatas do Almirante Adalberto de Barros Nunes, a quem hipoteco — tenho certeza que em nome do Senado — integral solidariedade.

Mas, felizmente — vai este reparo — devo ressaltar a atitude corretíssima — falo no superlativo propositalmente — do Presidente Alejandro Lanusse, que, compreendendo bem que a América do Sul não pode, por nenhum dos seus países, estimular guerra de conquista, porque a nossa Constituição o proíbe, nem estabelecer focos de imperialismo, repeliu essas investidas notadamente fascistas e que visam, Sr. Presidente, a fazer com que a América não ingresse na sua hora e não tenha a demarcação para vencer os seus problemas antigos, econômicos e sociais e se apresentar perante o mundo como um continente capaz de se aliar aos outros centros de desenvolvimento e trabalhar para que o mundo viva em paz.

Estes focos se localizam na Argentina, sob a inspiração deste Almirante Isaac Rojas, antigo peronista e que depois se virou contra o protetor. Ele chegou ao desplante de tentar impedir que algumas usinas hidrelétricas fossem construídas ao Sul da nossa Pátria. Porque parece às mentalidades tacanhas que quanto maior for a desgraça do povo, melhor será para a felicidade de uma minoria privilegiada, pois esse Almirante Isaac Rojas é um dos aristocratas da Argentina. Ele é um dos homens que, com falsa liderança, têm procurado criar um ambiente de desentendimento entre as duas nações irmãs.

O Presidente Lanusse foi quase que pressionado a não visitar o Brasil, numa programação anteriormente feita, a exemplo do que está fazendo, num diálogo com outros países que integram o nosso Continente. Aqui tenho que elogiar o Chefe de Estado Argentino, pela sua decisão corajosa de não cancelar a viagem e de breve comparecer aqui a Brasília e ao Estado da Guanabara, onde vai inaugurar a estátua do herói nacional argentino.

Sr. Presidente, quando se faz um aeroporto assim, quando se procura fazer com que a Amazônia se integre para não ser entregue; quando se elabora o Plano de Integração Social; quando se está asfaltando a Belém—Brasília; quando se constroem navios; quando a nossa produção automobilística aumenta; quando fabricamos os nossos aviões; quando eliminamos o analfabetismo, que depois de 1964 foi quase que completamente eliminado, agora apresentando índice animador: antes de 1964 ia a 60% e agora temos apenas 30% de analfabetos, sendo que em alguns municípios, como São Bernardo e Santo André, a população está praticamente alfabetizada; quando os portos são aparelhados; quando o Brasil abre as suas escolas militares para os vizinhos, para os nossos coirmãos — na AMAN, Academia Militar das Agulhas Negras, temos peruanos, uruguaios — pode-se crer no futuro do Brasil como grande potência.

Tive a ventura, na minha vida, de ser professor na Escola do Estado-Maior do Exército, e com orgulho tive oportunidade de conviver com muitos dos colegas militares naquela famosa escola da Praia Vermelha: lá encontrávamos oficiais bolivianos, venezuelanos, e inclusive oficiais americanos, dando justamente a medida do gabarito técnico profissional das nossas escolas superiores de ensino militar.

Quando as agências do Banco do Brasil vão para o Paraguai, para a Argentina, para toda a América; quando se manda gado e quando ainda ontem votamos aqui projeto de lei, doando uma aeronave a um país vizinho — por que se estabelecer essa política discriminatória? Será que amanhã vamos passar pelo vexame de, viajando por um país como a Argentina, por exemplo, encontrarmos nos muros pichados aquelas frases: "Brasileiro, volte para a sua casa". "Brazilian, go home". "Brasileño, vuelva a su casa". Por que, Sr. Presidente? Por que essa extrema direita, sediada na Argentina, está criando essa situação difícil que, espero, venha a ser superada por medidas clarividentes como esta do Presidente Lanusse?

Hoje, por exemplo, tivemos a inauguração desse aeroporto, que o noticiário internacional dá conta que é o segundo no mundo. Tudo isto des-

perta certa animosidade em alguns elementos que não sabem fazer outra coisa, se não a revolução política, sem fazer a revolução do desenvolvimento, como se fez neste País, em 31 de março de 1964.

Neste instante ocupo a tribuna principalmente para me congratular, não com o povo de Brasília, mas com o povo brasileiro, pela inauguração do aeroporto desta Capital. Em torno do assunto, tive que voar, às vezes em vôos rasantes, às vezes em outros mais serenos, vôos, por assim dizer, uma espécie de *smooth fly*; tive que fazer um *piquet*, para chamar a atenção sobre o fato de que nós temos, realmente, de compreender que a hora é da nossa posição como potência e que essa grita leviana não pode, de maneira nenhuma, nos desestimular. Pelo contrário, talvez até essa extrema direita radical argentina venha a dar forças para que ainda mais possamos realizar um trabalho de desenvolvimento em nosso País.

Não é o Almirante Isaac Rojas, lá em Buenos Aires, procurando impedir, pelos jornais platinos, a construção das nossas hidrelétricas, quem vai obstaculizar o desenvolvimento da Pátria brasileira.

A propósito deste assunto, Sr. Presidente, vou pedir a V. Ex.^a que mande figurar no corpo do meu discurso um artigo, oportuníssimo, da lavra do jornalista Murilo Mello Filho, publicado no último número de *Manchete*, sob o título "Imperialismo Brasileiro?", onde há algumas considerações do tipo das que aqui foram desenvolvidas.

Não nos deve mover qualquer sentimento de polêmica, de briga, de ressentimentos com nações vizinhas, mas não é possível também que não se dê um "chega-para-lá" em alguns elementos que vivem a serviço do ódio e da intriga, como esse Almirante Rojas e seus asseclas.

Jornais de Buenos Aires que atacam as nossas autoridades, como fizeram com o Ministro Adalberto Nunes, que progridam também; que tenham o apoio de seus vizinhos. E nós estamos dispostos, pelo que se vê da clarividência do Presidente Médici, a dar a mão e a compreender as velhas angústias sociais dos nossos irmãos vizinhos, na área do Pacífico e vizinhos ao sul.

O Sr. Benjamin Farah — V. Ex.^a permite-me um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com muito prazer.

O Sr. Benjamin Farah — Quero expressar minhas congratulações pelo discurso que V. Ex.^a faz, na parte referente à construção do novo aeroporto. Sei que V. Ex.^a está navegando em outras águas, V. Ex.^a está,

agora, na região platina, mas como o tema central do seu discurso é a construção do aeroporto e, em torno do assunto, V. Ex.^a fez várias considerações, eu me permito expressar a solidariedade do MDB ao discurso de V. Ex.^a, quanto a essa obra. Acho que nós, ARENA e MDB, devemos estar sempre unidos desde que seja para construir, para realizar, para confraternizar e para propugnar a justiça e a paz.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Muito obrigado a V. Ex.^a Eu embarquei no aeroporto recém-inaugurado de Brasília, em termos parlamentares, para um pequeno vôo de reconhecimento do que se passa na América Latina.

Quando inauguramos os nossos estaleiros com navios de tonelagem semelhante à dos grandes países construtores, quando fabricamos nossos automóveis, asfaltamos as nossas estradas, há sempre um ressentimento, aqui, nas vizinhanças.

Já sei que esse aeroporto provocará, já provocou, um sentimento de animosidade, não do povo vizinho da América Latina, mas de um grupo extremado de direita, situado na Argentina, e que, através de porta-vozes, pela imprensa, chega até à pista, falando em linguagem do meu discurso, chega no acostamento da injúria. Eu não diria da inveja, quando defendo o princípio de que devemos dar as mãos uns aos outros.

Mas o tema central do meu discurso — e disse V. Ex.^a muito bem, nobre Senador Benjamin Farah — foi a congratulação que eu queria expressar, e não apenas em meu nome, mas em nome do Senado da República, falando pela gloriosa Aliança Renovadora Nacional e, já agora, respaldado também pelo oportuno aparte de V. Ex.^a que hipoteca a solidariedade do Movimento Democrático Brasileiro à iniciativa. São essas acontecimentos marcantes que caracterizam o Governo que constrói e V. Ex.^a, desapassionadamente, reconhece. V. Ex.^a tem tido uma atitude exemplar, neste respeito, de felicitar e de reconhecer que, realmente, se está fazendo alguma coisa.

Quero, justamente, dar um brado de alerta, como parlamentar brasileiro, contra essas investidas furiosas, inábeis, inadequadas e intempestivas de alguns elementos que sabem que não queremos conquistar território de quem quer que seja.

Devem eles reconhecer que chegou a vez do Brasil e sabem que, pela própria História do Brasil, pelo nosso espírito, pela nossa índole, que ajudaremos os outros. Se eles não souberam arranjar a sua casa, nós, hoje, vamos ter gente com *know-how* suficiente para mostrar como se

pode seguir um caminho de decência, de honradez, de produção e de trabalho.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, acho que o meu objetivo está totalmente atingido e, após este vôo oratório, saindo do aeroporto de Brasília, num jato brasileiro, poucas horas, chegando ali pelas vizinhanças, retorno à minha base. Desaperto o meu cinto de segurança no avião e o faço com aquela segurança com que o Presidente Médici disse, numa certa feita, frase histórica que repito, ao encerrar o meu discurso, em homenagem à S. Ex.^a e ao Ministro da Aeronáutica: "Ninguém segura este País." (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR VASCONCELOS TORRES EM SEU DISCURSO.

IMPERIALISMO BRASILEIRO

Murilo Melo Filho

— O que não podemos permitir, e não nos conformamos com ele, é esse crescente avanço do Brasil sobre a América do Sul.

Esta frase, dita recentemente por um embaixador sul-americano está, até hoje, atravessada na garganta do governo brasileiro.

Final de contas, não há nenhum avanço. O que existe é um País com cerca de 100 milhões de habitantes — quase a metade de toda a América do Sul — e com 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, — também a metade do continente sul-americano — que Lyn Smith definiu muito bem no título do seu *A Half of a Continent*.

Esta Nação, de demografia e dimensão continentais, andou perdendo muito tempo com o mesmo tipo de problemas políticos, ideológicos e partidários que ainda hoje afligem os nossos vizinhos. Mas, de uns anos para cá, ela se decidiu a recuperar todo o tempo perdido: habilita-se, por isto, a dar, nos próximos anos, um enorme susto em toda a vizinhança, onde, com um misto de admiração, inveja e receio já muito se fala em brasilianização e em imperialismo brasileiro.

Progresso econômico de 10%; exportações de 3 bilhões de dólares, dos quais 1 bilhão de manufaturados; inflação decrescente e desenvolvimento crescente; Transamazônica; indústrias novas: hidrelétricas; MOBIL; PRO-TERRA; automóveis; navios; estradas — tudo isso ao lado de estabilidade política, de paz social, de sossego e tranqüilidade para trabalhar —, eis os ingredientes que sobram aqui e que estão faltando do lado de lá das nossas fronteiras.

Que culpa temos nós? Somos culpados de termos encontrado, ao preço de crises, sacrifícios, erros e injustiças, o nosso próprio caminho? Somos culpa-

dos de as coisas irem bem conosco e não irem tão bem com eles?

No panorama internacional, existem hoje nações predestinadas e nações condenadas.

Nós estamos no primeiro grupo. Sabemos que nosso horizonte está à vista, embora talvez não esteja ao alcance da nossa geração. Mas um povo não se mede em termos de uma ou de duas gerações.

O certo é que temos um destino a cumprir abaixo do Rio Grande e da linha do Equador, na área dos trópicos que se desdobra até o pólo Sul. Não será este também o destino dos Estados Unidos no pólo Norte; da Alemanha, da Itália, da França e da Inglaterra na Europa; da Rússia e da China na Eurásia; e do Japão no Sudeste asiático?

Há países líderes e países liderados. Nessa distinção, pesam alguns fatores chamados riqueza, produção, população, renda per capita, produto bruto, superfície, exportação e inteligência.

Nós, brasileiros, dispomos de todos esses elementos e de mais alguns.

Faltavam-nos apenas a liderança, chefia e administração, que agora também temos. Ninguém se surpreenda, portanto, se os nossos automóveis, caminhões, tecidos, revistas, jornais, geladeiras e máquinas começarem a invadir os mercados. Ou se os Acórdos de Roboré, as sondas da PETROBRAS e a hidrelétrica de Sete Quedas ferirem os brios dos nacionalistas bolivianos, peruanos e paraguaios.

Esta será uma inevitável contingência de capacidade, de preço, de moeda e de fatalidade econômica que conhecemos muito bem, porque dela já sofremos muito na própria carne, quando tínhamos de importar tudo isto, mas da qual nos libertamos à custa do nosso próprio esforço e trabalho.

— Go home, brazilians. Fuera con los brasileños.

Será com estupefação e quase horror que leremos esses ultimatums escritos nos muros e calçadas de alguma cidade sul-americana.

Mas quando os lermos, estaremos conscientes de que este será, doravante, o ônus que pagaremos por uma liderança que não extorquimos nem usurpamos, mas que nos chegou às mãos no bôjo de um contexto histórico, político, econômico e geográfico.

Além do desenvolvimento material, facilmente aferível nos índices comparativos, vem acontecendo nos últimos anos um fenômeno altamente positivo para o Brasil e para os brasileiros: evoluiu muito, qualitativamente, o comportamento do governo, da empresa e da comunidade em geral.

Simultaneamente, enraizou-se na consciência do País a convicção de que

qualquer nação, para progredir, precisa ser egoísta, defender seus produtos, preservar sua soberania, agredir os mercados, invadir os portos, disputar os compradores, vender pelo melhor preço possível, competir e sobrepujar os concorrentes.

Nesta luta, os países que se agigantam no cenário vão expulsando dele os competidores.

Isto não quer dizer que tenhamos, necessariamente, de ser inimigos dos nossos vizinhos. Pelo contrário. À exceção de um ou outro período conturbado, em que tivemos de nos defender contra o expansionismo de Rosas ou de Solano Lopez, conseguimos preservar sempre o caráter amistoso e cordial das nossas relações diplomáticas em todo o continente sul-americano.

Final de contas, por uma espécie de fatalismo geográfico, fomos condenados a viver juntos nesta parte meridional do hemisfério. Nossas chancelarias cuidaram então de estabelecer os parâmetros de uma pacífica convivência.

Mais do que isto, não nos interessa a desgraça de nenhum dos nossos vizinhos:

1. **Estrategicamente**, temos uma enorme fronteira de 16 mil quilômetros, desguarnecidos e esparsos, que se derramam desde as Guianas até o Prata e dos quais precisamos cuidar melhor, até mesmo por uma questão de sobrevivência e de segurança nacionais.

2. **Econômicamente**, temos com toda a América Latina um relacionamento comercial e mercantil que nos convém bastante, até mesmo por uma questão de proximidade com o trigo argentino, o petróleo venezuelano, a lã e a carne uruguaia, o pescado peruano, o cobre chileno e o estanho boliviano. Não faltam na bacia do Prata ou no altiplano andino as vozes dos homens de governo ou de oposição, na imprensa e na economia encarecem a necessidade e a urgência de o Brasil assumir a sua posição de responsabilidade e liderança.

Nosso interesse, portanto, é de que eles caminhem do melhor modo possível. Torcemos pelo êxito e pela boa **Performance** dos seus governos. Ficamos aflitos e preocupados diante das notícias que nos chegam sobre cada novo golpe ou revolução, como as desta semana na Argentina.

Estamos dispostos a ajudá-los, como já o fizemos com a Bolívia, a Guatemala e o Panamá e o faremos em escala sempre crescente, já não apenas com dinheiro, mas também com **know-how**, tecnologia. Precisamos que eles se ajudem a si próprios. Sabemos que os seus governos e povos são generosos e bem intencionados. Sua índole e tradições nada têm a ver com o terror e a loucura dos tupamaros no

Uruguai, dos motoneros na Argentina, do MIR no Chile, da FLN na Colômbia, na Bolívia e na Venezuela.

Nossas legítimas esperanças se voltam para que os Presidentes Pastrana, Caldera, Ibarra, Banzer, Alvarado, Allende, Stroessner, Areco e Lanusse tenham sucesso na execução dos seus programas de recuperação e desenvolvimento. Se algum deles fracassar, estará naturalmente baqueando diante da subversão e escancarando as portas ao caos e à bancarrota.

É para a eventualidade desse perigo que precisamos estar sempre atentos. Mais ainda: **precisamos ser fortes em todos os sentidos.**

Devemos ser ao mesmo tempo suficientemente realistas para não sonharmos encontrar nos muros e calçadas de Buenos Aires, Montevideu, Santiago, Lima, Quito, La Paz, Bogotá ou Caracas, as amáveis inscrições **welcome** ou **bienvenidos**.

É muito natural que em todas essas capitais esteja havendo hoje a erupção de um justo receio em relação ao gigante vizinho e longamente adormecido, mas que agora despertou, disposto a dar o seu recado.

Nessa disposição, existe um ímpeto de progresso, uma ânsia de desenvolvimento e uma gana de trabalho, que nada têm a ver com qualquer ambição ou pretensão imperialista.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Carlos Lindenberg.

O SR. CARLOS LINDBENBERG (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no dia 8 do corrente mês, o nobre Senador Antônio Carlos, em brilhante pronunciamento, como todos quantos faz, com segurança, inteligência, equilíbrio e clareza, trouxe ao conhecimento da Casa a ação desenvolvida pelo Ministério do Trabalho, através do Programa Especial de Bolsas de Estudo, que proporciona ao filho do trabalhador, ou a ele próprio, os meios para estudar, até mesmo em cursos técnicos.

Provou S. Ex.^a, inclusive com dados estatísticos, a benemerência da obra e, especialmente, "seus reflexos diretos no sentido da justiça social e promoção humana".

Desejo, hoje, focalizar o mesmo tema, isto é, o Programa Especial de Bolsas de Estudo, pelo entusiasmo que o assunto em mim desperta, trazendo outros dados informativos e particularmente os referentes ao meio rural.

Confesso a vaga idéia que possuía de que fôsse o PEBE, até que recebi, pelo mês de junho, o seu Boletim n.º 8, quando me inteirei da extensão e importância do referido serviço.

Pareceu-me, entretanto, pelos números publicados, que se dava mui-

ta ênfase aos interesses do trabalhador urbano, relegado a um plano secundário o trabalhador rural.

Por isso, a 13 de agosto, enviei carta ao Sr. Presidente da Organização — o eminente Professor General Francisco Gago Lourenço Filho, expondo meu pensamento, para bem fixar meus pontos de vista. Ei-la:

Brasília, 13 de agosto de 1971.

Ilmo. Sr.

General Francisco Gago Lourenço Filho

DD. Presidente do PEBE.

Recebi, com verdadeiro agrado, o Boletim n.º 8 do Programa Especial de Bolsas de Estado que V. S.^a me enviou, cuja gentileza muito agradeço.

A obra que o Programa Especial de Bolsas de Estudo está executando é, sem dúvida, das mais notáveis, considerando que visa a valorização do homem, e, assim, o melhor investimento pelo futuro de nosso País.

Merece, o mesmo, meu integral apoio, bem assim de todos quantos desejamos o desenvolvimento da Nação.

Peco licença, entretanto, para fazer alguns comentários dentro do meu ponto de vista. Não compreendo desenvolvimento industrial sem uma estrutura agropecuária sólida, para alimentar a população e as próprias indústrias. Daí porque, entendo que, ao trabalhador rural, se deveria proporcionar um tratamento especial mesmo, não só em relação à sua instrução geral, como técnica, na especialidade.

O trabalhador rural é um operário como qualquer outro sindicalizado, e, como vive isolado nos campos prestando os mais significativos serviços, deveria ter tratamento especial, repito, para não ser seduzido pelas facilidades das cidades e, principalmente, pelos benefícios, garantias e proteção oferecidos aos trabalhadores urbanos pelas Leis, pelo Governo e tantas entidades.

O êxodo da lavoura é um fato que não há quem possa negar, e as causas principais são as citadas.

Então, é preciso que, ao lavrador e ao operário rural, se ofereçam meios que, pelo menos, compensem aqueles atrativos, para que se sintam bem, se sintam seguros e amparados, amando mais a terra, nela se fixando. Não encontro, no Boletim n.º 8 do PEBE, qualquer referência indicativa de que das 160.000 bolsas comuns distribuídas no ano, certa parte tenha tocado a filhos de lavradores sindicalizados. Há apenas uma referência anunciando que

foram separadas 35 vagas para a zona rural — bolsas para o Colégio Técnico. Assim mesmo, entre as especialidades técnicas, de 2.º ciclo do nível médio, não se inclui qualquer uma explicitamente de agropecuária.

O PEBE criou as "Bolsas Reembolsáveis", merecendo todos os aplausos e minhas congratulações.

A experiência me prova que todas as bolsas deveriam ser reembolsáveis. Não deveriam existir de outro tipo. Tudo o que é dado pelo Governo, não tem valor para quem recebe. Se os pais sabem e sentem que irão pagar o benefício que estão recebendo, darão valor à bolsa, procurando estimular o filho e proporcionando-lhe conselhos e cuidados para que se aplique, cada vez mais, a fim de não perder ano; por outro lado, o aluno se sentirá mais responsável sabendo que confiaram nele e nos seus pais, facilitando-lhes a bolsa, para pagamento posterior.

Como ilustração cito fato verificado comigo pessoalmente. Fui Secretário de Agricultura do Estado do Espírito Santo. Seguindo a praxe encontrada, fornecia certas sementes, gratuitamente, aos lavradores, com o intuito de incrementar o cultivo de determinadas plantas. Assim fiz com algodão, trigo e arroz.

Pois bem, quando fui inspecionar propriedades de alguns dos beneficiados, encontrei sementes de algodão pelas estradas, nos cochos juntamente com semente de arroz e de trigo, como ração para animais, nos terreiros de galinha, nas sevas dos porcos... Uma quarta parte era plantada. Quem desejava plantar 20 quilos, pedia 100. Não havia semente que chegasse.

Acabei com a gratuidade em 1937, com os melhores resultados práticos. Até hoje não se voltou a dar sementes, pois, os cuidados com as mesmas, com a plantação, cultivo, colheita, etc. são muito maiores. Pode-se e se deve conceder algum incentivo, mas gratuidades nunca.

Tentei, por duas vezes, implantar bolsas de estudo reembolsáveis, para cursos Técnico e Superior, porém, não encontraram os meus auxiliares, meio legal de fazê-lo. Vejo com satisfação, que V. S.^a está fazendo essa experiência que revolucionará o sistema, multiplicando o número de bolsas e tornando os alunos mais aplicados e mais responsáveis.

No caso de Bolsas Reembolsáveis de "especialidades técnicas de nível médio" concedidas pelo PEBE,

para operários sindicalizados das zonas urbanas e rural, foram selecionadas 16 especialidades, diz o Boletim n.º 8. Dentre elas, com boa vontade, apenas duas, cortimento e laticínios, poderão ter relação com a lavoura. Todas as outras 14 são do âmbito urbano.

Que me desculpe V. S.^a ser eu enxerido, porém acho de meu dever colaborar, com os meus comentários, focalizando os ângulos pelos quais vejo os problemas cuja solução interessa à coletividade.

Sr. Presidente do PEBE, se não encontrarmos a forma equitativa que coloque o trabalhador rural e o agricultor em posição equivalente a do trabalhador urbano e empresário urbano, iremos importar alimentos, por absurdo que pareça.

Diariamente aumentam as favelas, crescem as cidades, avoluma-se o movimento das Bolsas, não de estudos, de valores, e, eu fico a pensar "que são braços que param de plantar e de colher e bôcas que se abrem para consumir" porque toda essa gente que faz crescer as cidades, é constituída de trabalhadores rurais e agricultores, atraídos pelos melhores salários, pelo amparo e proteção dados ao operário urbano e lucros alcançados nas Bolsas de Valores, e outros rendimentos compensadores que a agricultura não oferece.

Essas, em conclusão, minhas preocupações de muitos anos, cuja solução só o Governo atual está seriamente equacionando. Vamos ajudá-lo, com vigor e entusiasmo, procurando recuperar o tempo perdido.

Com os meus votos de felicidade, admiração e estima, esperando suas escusas.

Atenciosamente, Carlos Lindenberg, Senador pelo Espírito Santo.

A seguir leio a carta com que me distinguiu o Sr. Presidente do PEBE, em resposta às minhas considerações, cujo documento mostra a seriedade com que o assunto é tratado e, que, encerrando precisos esclarecimentos que devem ser conhecidos, é concebido nos termos seguintes:

Em 8 de setembro de 1971

CARTA/PEBE/PCA/N.º 17

Senhor Senador Carlos Lindenberg

Satisfação imensa trouxeram-nos as palavras de estímulo e apoio com que acusa o recebimento de publicação deste PROGRAMA e muito mais, ainda, nos sensibilizou haver V. Ex.^a dedicado parcela de seu precioso tempo para nos transmitir experiência vivida

ao longo de uma carreira dedicada aos interesses públicos.

São de absoluta propriedade as ponderações formuladas que, por sinal, vêm de encontro aos entendimentos e convicções que mantemos, quanto à necessidade de valorização do homem, especialmente do homem do campo.

O PEBE está atento aos problemas do trabalhador rural, tanto que temos inscritos no PROGRAMA, este ano, 706 Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura, com 22.923 bolsistas da zona rural. No Espírito Santo, situam-se 21 Sindicatos Rurais, com 717 bolsistas. Bolsistas comuns, isto é, bolsistas que recebem bolsas não reembolsáveis, distribuídas a alunos matriculados nos diferentes cursos de 1.º e 2.º ciclo do ensino médio. Muitos estão adquirindo formação técnica, agrária ou industrial, mas não, ainda, através dos benefícios das Bolsas Reembolsáveis, porque estas constituem modalidade nova, promissora, é verdade, mas que se encontra em fase de implantação.

Para que V. Ex.^a possa bem compreender nossos propósitos e sistema de trabalho, ensaiaremos, a seguir, pequeno relato retrospectivo da atividade a que nos vimos dedicando, iniciada em 1966 com a distribuição de Bolsas Comuns e realizada em perfeita articulação com os órgãos classistas que representam, na realidade, os agentes de promoção do PROGRAMA.

Além de proporcionar benefício direto aos trabalhadores sindicalizados e seus dependentes, carentes de recursos, assegurando-lhes ensino médio, temos ainda a missão de incentivar a ação social dos Sindicatos, como muito bem expõe o Senhor Secretário-Geral deste Ministério, Dr. Armando de Brito, no artigo intitulado "Sindicatos Úteis", que integra a publicação remetida a V. Ex.^a

A distribuição dessas Bolsas Comuns, a partir da criação do PEBE até 1970, fez o total de 428.865, correspondentes a Cr\$ 131.348.039,00. Em 1971, registramos a concessão de 160.000 Bolsas Comuns, de que se destacam as 22.923 concedidas a trabalhadores da zona agrária, já referidas, total somente ultrapassado pelos beneficiários vinculados aos Sindicatos de categoria ligada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

Atingindo satisfatória e plena execução o processo de distribuição de Bolsas Comuns, classificado como PROJETO PEBE I,

lançamo-nos, em 1971, num PROJETO novo, o de Bolsas Reembolsáveis para cursos técnicos de 2.º ciclo do nível médio, hoje 2.º grau de ensino, sistema que nos parece traduzir parcela de estímulo e contribuição necessária ao desenvolvimento da formação de mão-de-obra técnica industrial e agrária, de que se tem revelado carente o mercado de trabalho. Perfeitamente identificada com as finalidades do PROGRAMA, essa modalidade de Bolsas vem polarizando nossos interesses e atenção, pelos cuidados que requer e significativo valor que nos parece representar a medida.

Preocupa-nos sobremodo conduzir aquelas carreiras técnicas, preferentemente, candidatos que com maior probabilidade vão permanecer nas profissões adquiridas, eis que a iniciativa encerra os objetivos precipuos de oferecer ao trabalhador sindicalizado a oportunidade de profissionalização e, ao mercado de trabalho, um contingente de técnicos de nível médio vocacionalmente interessados e propensos a fixarem-se nas carreiras cursadas.

O desenvolvimento desse PROJETO requer cuidados especiais que envolvem, inclusive, a celebração de Convênios com os estabelecimentos de ensino técnico.

V. Ex.^a conhece a dificuldade que os jovens enfrentam para ingressar nesses Colégios. De pronto verificamos a necessidade de reformulação dos critérios usuais, de modo a poder oferecer oportunidade à classe trabalhadora em geral e isso só conseguiremos através da compreensão dos dirigentes desses estabelecimentos de ensino.

Consultados, inúmeros colégios técnicos se têm pronunciado positivamente, entrando em contato com o PEBE para fixação de condições indispensáveis. Nesse ponto, podemos já anunciar a completa receptividade da idéia e a linguagem comum que se vem progressivamente estabelecendo entre o PEBE e os inúmeros colégios consultados.

Está em plena execução o Convênio celebrado, a 31 de março findo, com a Universidade Federal de Minas Gerais, em cujo Colégio Técnico temos matriculados 70 bolsistas da zona urbana e rural. Representa nossa experiência pioneira em execução.

Outros Convênios se anunciam para muito breve: Escola Técnica "Prof. Everardo Passos" — SP; Centro de Ensino Médio Elefante Branco — Brasília; Escolas Técnicas Federal de Santa Catarina,

Federal de Pelotas; Tupi-Joinville e Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa, de Santa Rita do Sapucaí — MG.

Preocupação muito séria enfrentamos, também, quando da seleção das especialidades que integrariam o PROJETO de Bolsas Reembolsáveis. Contamos com a colaboração da Fundação Getúlio Vargas e conseguimos selecionar dezesseis especialidades, em função da probabilidade de absorção dos formandos pelo mercado de trabalho e do número de cursos que receberiam os bolsistas.

Quanto, porém, às carreiras inerentes às atividades agrárias surgiram, como era de esperar, questões ligadas à deficiência quantitativa e qualitativa de cursos técnicos agrícolas bem estruturados, com currículos apropriados, aos quais pudéssemos encaminhar nossos bolsistas, especialmente aqueles oriundos dos sindicatos rurais.

Cuidamos do problema. Em exposição sincera dirigimo-nos ao Ministério da Educação e Cultura, dizendo-lhe da necessidade de estruturarem-se esses cursos, principalmente nas Escolas Técnicas localizadas no interior-sul do País, onde os alunos poderiam aliar, facilmente, a aprendizagem técnica à prática, para posteriormente levar a experiência a outros locais, quicá ao campo de origem. Pensamos mesmo em que esses bolsistas, uma vez diplomados, poderiam constituir importante núcleo de apoio aos Sindicatos Rurais, cada vez mais empenhados em dar assistência técnica aos seus associados. Atuariam como instrutores, a transmitir os ensinamentos adquiridos.

Esse apelo, formulado ao MEC em outubro do ano passado, V. Ex.^a encontrará no expediente que, por cópia, fazemos anexar.

Aguardamos, portanto, o pronunciamento do órgão técnico competente.

Como vê, comungamos as mesmas preocupações, os mesmos entendimentos. As palavras que nos dirige são-nos especialmente gratas, porque nelas vemos a configuração da tese que vimos defendendo.

Longe de enxerir-se em nossos trabalhos, a missiva nos trouxe entusiasmo para prosseguir, pela encorajadora incidência de entendimentos comuns que revela, pela congruência dos ângulos através dos quais focalizamos problemas e soluções.

Não alcançamos, ainda, o estágio ideal, mas também não nos te-

mos descurado do trabalhador do campo, tanto que, das Bolsas Reembolsáveis já concedidas para profissionalização técnica de nível médio, 30% beneficiaram o trabalhador sindicalizado da zona rural.

Como V. Ex.^a pode facilmente constatar, o trabalhador rural e a formação técnico-agrária têm sido alvo constante das nossas preocupações, ainda porque somos engenheiro-agrônomo, formado em Piracicaba, e Professor de Curso Técnico Agrícola, tendo militado anos em atividades ligadas à vida do campo.

Por considerar matéria de seu especial interesse, remetemos, em anexo, duas publicações referentes a trabalhos desenvolvidos sob nossa supervisão, no Rio Grande do Sul e em Colatina, Estado do Espírito Santo, quando chefiávamos o Setor de Treinamento da ex-Campanha de Educação Rural do MEC, Exemplário e testemunho de nossos coincidentes pontos de vista, esses dois números da Revista da Campanha Nacional de Educação Rural.

Permita-nos chamar-lhe a atenção, especialmente, para o trecho em epígrafe, na página 4 da Revista n.º 9.

Como vê, com vigor e entusiasmo vimos procurando defender, há anos, esse entendimento.

Esperando poder contar, muitas vezes, com o apoio e estímulo que nos trouxeram as palavras de V. Ex.^a agradecemos, grandemente sensibilizados, a atenção que nos dispensa.

Com protestos de estima e profundo respeito. — **Francisco Gago Lourenço Filho**, Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, trago esse documento, que é uma súmula dos esforços e realizações do Programa, à apreciação de Vossas Excelências com o evidente intuito de divulgação.

A obra é por demais grandiosa para ficar na penumbra. Além de dar instrução a grande número de operários e seus filhos, ela representa a preparação do maior número possível de técnicos e operários classificados que irão prosseguir na construção de nosso imenso País, substituindo, com vantagem, as gerações passadas, nas exigências da competição, cada vez maior, e para o que precisam estar preparados.

Os elementos fornecidos pelo citado Presidente demonstram, à saciedade, o empenho, sempre crescente, do Governo de S. Ex.^a o Sr. Presidente Emílio Garrastazu Médici na valorização do homem, especialmente, do homem

do campo, merecendo por isso todo nosso apoio, nossos louvores e nossos aplausos.

Os números relativos ao atendimento da zona rural me surpreenderam, porque muito além do limite que supunha. Mas, ainda assim, não posso deixar de dizê-lo, há necessidade de ser elevado esse número, tendo em vista a massa de trabalhadores rurais que é bem maior do que a urbana e os inestimáveis serviços a seu cargo, de importância capital, qual seja, alimentar a Nação inteira.

No nosso Estado foram distribuídas 3.649 bolsas de estudo, cabendo à zona urbana 2.931 e à rural 717, representando cerca de 20% do total. No País foram concedidas 160.000 bolsas, cabendo à zona rural 22.923, cerca de 14% do total.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. CARLOS LINDENBERG — Pois não.

O Sr. José Lindoso — É admirável a contribuição de V. Ex.^a no debate de um assunto que, não suscitando eloquência, diz fundamentalmente do interesse nacional. Admirável o espírito de V. Ex.^a, revelado nesta carta de ponderações, relativamente ao problema do meio rural e de assistência através de bolsas de estudo à mocidade do meio rural. Ao suscitar a atenção do responsável pelo programa de bolsas, V. Ex.^a, Sr. Senador Carlos Lindenberg, dá uma contribuição saída do seu coração de brasileiro, no labor de seu gabinete, que se irá projetar, irradiando-se por todo o País, despertando a consciência de toda a equipe que dirige o programa de bolsas de estudo, no Ministério do Trabalho, para a necessidade de se enfatizar, mais e mais, a assistência ao meio rural. No meio urbano há muitos instrumentos para atendimento da mocidade, se bem que ainda haja muita carência assistencial. O meio rural, porém, reclama maior atenção porque ali está a força da Nação, que precisa ser despertada e melhor preparada para fomentar a riqueza nacional. É a autoridade singular de V. Ex.^a, colocando o problema nos termos em que o fez, dá, efetivamente, a conotação cívica dessa necessidade cívica, dessa necessidade de maior atenção ao meio rural. E, no mesmo passo em que reconhece e proclama o mérito do que foi feito, pede V. Ex.^a que se intensifiquem esses interesses como a Pátria o reclama. Presto, com estas palavras, como Senador chegando nesta nova Legislatura, uma homenagem que traduz minha grande admiração por V. Ex.^a, pelo seu espírito de equilíbrio e pela extraordinária lucidez na colocação dos interesses maiores da Nação, pela sua honradez e brilhantismo de sua cultura.

O SR. CARLOS LINDENBERG — Agradeço, nobre Senador José Lindoso, as palavras de V. Ex.^a, dando apoio absoluto ao meu pensamento e à minha ação, no que se refere a bolsas de estudo, principalmente para a agricultura. Profundamente reconhecido, sou grato também às referências de V. Ex.^a relativamente à minha pessoa.

Sou apenas um político, de há muitos anos, e tenho procurado sempre, e especialmente, interessar-me pelos problemas da lavoura, por um motivo muito simples, aliás: não só porque a maioria do operariado, neste País, é de trabalhadores rurais, como ainda porque são os mais antigos e aqueles que, até bem pouco tempo, não tinham o menor amparo nem assistência. Hoje, felizmente, já se procura dar assistência também a esses trabalhadores porque eles são os que alimentam os outros trabalhadores da cidade. Daí a necessidade de se lhes dar meios de progredir, não só na sua técnica de trabalho como também intelectualmente, porque isto influi para maior produtividade no seu esforço, no seu trabalho, no amanhã da terra.

Agradeço a V. Ex.^a, nobre Senador José Lindoso, sinceramente, e espero, de alguma forma, contribuir para que o País tenha uma lavoura capaz de não somente alimentar a Nação, como também de trazer-nos mais divisas, de que tanto necessitamos.

(Retoma a leitura.)

Estou perfeitamente de acordo com o ilustre Presidente do PEBE, reconhecendo as dificuldades, quase intransponíveis, encontradas para a execução do seu vasto programa, especialmente no que concerne ao campo.

Tenho a certeza, porém, de que não faltará à sua vocação, ao seu entusiasmo, à sua dedicação, ao seu transbordante interesse pela obra extraordinária que realiza, o apoio irrestrito do Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e a colaboração preciosa e indispensável do Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, todos empenhados patrioticamente no desenvolvimento do País, a serviço do Povo brasileiro, já, hoje, cónscio do seu valor e do seu, cada dia, mais importante papel entre as grandes nações em benefício da Humanidade.

Para se ter uma idéia correta do que se passa em nosso País, em matéria de esforço do Governo para dar instrução ao maior número possível de brasileiros, faço notar que as bolsas de estudo de que estou tratando, são apenas as fornecidas pelo Ministério do Trabalho para filhos de trabalhadores ou trabalhadores sindicalizados. Há ainda a considerar o grande número delas que o Ministério da Educação e Cultura distribui.

Sem soluções de continuidade, cumpram S. Ex.^a o Sr. Presidente da República e seu Governo, sua promessa e seu programa de valorização do ho-

mem da cidade como do homem do campo, convencidos e convencendo a todos, de que nessa obra reside a verdadeira integração social, que terá como corolário a integração nacional e grandeza e prosperidade da Pátria como Nação civilizada, democrática, livre e pacífica, porém, ativa e soberana.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma Sessão Conjunta a se realizar hoje, quarta-feira, às 21 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, e destinada à apreciação do Projeto de Lei n.º 22, de 1971 (CN).

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) — Nos termos de deliberação do Plenário, o tempo destinado aos oradores do Expediente da Sessão de amanhã será dedicado a homenagear a Aeronáutica.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a Sessão, designando para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 205, de 1971, de autoria do Sr. Senador Paulo Guerra, solicitando a transcrição nos Anais do Senado, do discurso pronunciado pelo economista Rubens Costa, Presidente do Banco Nacional da Habitação, em solenidade realizada no Recife, no dia 22 de setembro, quando da assinatura do Convênio entre o Banco Nacional da Habitação e o Governo do Estado de Pernambuco, para instalação de serviços de abastecimento de água no interior do Estado, tendo

PARECER, sob n.º 461, de 1971, da Comissão Diretora, favorável.

2

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 220, de 1971, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 46, de 1968, que dispõe sobre a contribuição dos profissionais liberais para a Previdência Social, acrescentando parágrafos ao art. 77 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n.º 82, de 1971

-- DF, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos do Distrito Federal para o triênio 1972 a 1974, na parte referente ao Tribunal de Contas do Distrito Federal — Gabinete do Governador — Procuradoria-Geral — DEFER e DETUR, tendo

PARECER, sob n.º 464, de 1971, da Comissão:

— do Distrito Federal, favorável com emenda que oferece.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 16 horas e 45 minutos.)

TRECHO DA ATA DA 150.^a SESSÃO, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÃO NO DCN (SEÇÃO II) DE 20-10-71, A PÁGINA N.º 5.691, 2.^a COLUNA.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N.º 223, de 1971

Nos termos do art. 281 do Regimento Interno, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado n.º 2, de 1968, de minha autoria, que descentraliza o Conselho Federal de Educação, e dá outras providências, constante do item 2 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1971. — Vasconcelos Torres.

TRECHO DA ATA DA 150.^a SESSÃO, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÃO NO DCN (SEÇÃO II) DE 20-10-71, A PÁGINA N.º 5.700, 3.^a COLUNA.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente Sessão, designando para a Sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

TRABALHOS DAS COMISSÕES

Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 17 horas e 20 minutos.)

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DIRETORA

ATA DA 6.^a REUNIÃO REALIZADA NO DIA 16 DE OUTUBRO DE 1971, PUBLICADA NO DCN (Seção II) DE 19-10-71, A PAGINA N.º 5.652.

(Retificação)

Onde se lê

ATA DA 6.^a REUNIÃO REALIZADA NO DIA 16 DE OUTUBRO DE 1971

Leia-se

ATA DA 10.^a REUNIÃO REALIZADA NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 1971

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA DA 6.^a REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 1971

As quinze horas do dia dezenove de outubro de mil novecentos e setenta e um, sob a presidência do Senhor Senador Fernando Corrêa, na Sala das Comissões, presentes os Senhores Senadores Waldemar Alcântara, Lourival Baptista e Adalberto Sena, reúne-se a Comissão de Saúde.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Fausto Castello-Branco e Ruy Santos.

É lida e, sem debates, aprovada a Ata da reunião anterior.

Ao constatar a existência de número regimental, o Senhor Presidente inicia os trabalhos, concedendo a palavra ao Senhor Senador Waldemar Alcântara que oferece parecer pelo arquivamento, ao Projeto de Lei do Senado n.º 72, de 1968, que declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Piedade, no Município de Piedade, Estado de São Paulo, face ao manifesto silêncio mantido até agora pela referida entidade.

Submetido à discussão e votação, é o parecer aprovado, sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Leda Ferreira da Rocha, Secretária da Comissão, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO MISTA

Para estudo e parecer sobre o Projeto de Lei n.º 26/71 (CN), que "transforma o Banco Nacional da Habitação (BNH) em empresa pública, e dá outras providências".

ATA DA 1.^a REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 1971

As 15 horas e 30 minutos do dia 19 de outubro de 1971, na Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, presentes os Senadores José Lindoso, Lourival Baptista, Osires Teixeira, Antônio Carlos, Virgílio Távora, Alexandre Costa, Wilson Campos, Jessé Freire e Adalberto Sena, Deputados Américo de Souza, Theódulo de Albuquerque, Jorge Vargas, Alencar Furtado e Florim Coutinho, reúne-se a Comissão Mista para estudo e parecer sobre o Projeto de Lei n.º 26/71 (CN) que "transforma o Banco Nacional da Habitação (BNH) em empresa pública, e dá outras providências."

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senadores José Sarney e Paulo Guerra, Deputados Arlindo Kunzler, Ernesto Valente, José Sampaio, Mário Stanim, Ricardo Fiuza e Nadyr Rossetti.

Cumprindo determinação do parágrafo segundo do artigo dez do Regimento Comum, o Senador Virgílio Távora assume a Presidência e declara instalada a Comissão, determinando, em obediência a preceito regimental, as providências necessárias para se proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Após a distribuição das cédulas, são convidados para escrutinadores os Deputados Américo de Souza e Theódulo Albuquerque.

Encerrada a votação e feita a apuração, o Senhor Presidente declara eleitos os Senadores José Sarney e Adalberto Sena, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

O Senador Adalberto Sena assume a Presidência, na ausência do Presidente eleito e comunica que, de acordo com o parágrafo terceiro do artigo dez do Regimento Comum, é designado Relator da matéria o Deputado Jorge Vargas e passa a ler o artigo onze e seus parágrafos, do citado Regimento, que regerão os trabalhos da Comissão.

O Senhor Relator pede a palavra e declara que apresentará o seu parecer no dia quatro de novembro, às 15h 30min., ficando a próxima reunião para aquele dia.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e demais Membros. — José Lindoso — Lourival Baptista — Osires Teixeira — Antônio Carlos — Virgílio Távora — Alexandre Costa — Wilson Campos — Jessé Freire — Adalberto Sena — Américo de Souza — Jorge Vargas — Theódulo de Albuquerque — Alencar Furtado — Florim Coutinho.

AVISO

- 1 — A Comissão receberá emendas nos dias 20 (vinte), 21 (vinte e um), 22 (vinte e dois), 23 (vinte e três), 24 (vinte e quatro), 25 (vinte e cinco), 26 (vinte e seis) e 27 (vinte e sete) de outubro;
- 2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11.º andar do Anexo do Senado Federal, nos horários de 9 (nove) às 19 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver Sessão em qualquer das duas Casas do Congresso Nacional;
- 3 — Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão: dia 27 (vinte e sete), às 19 (dezenove) horas;
- 4 — As emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de 3 (três) cópias;
- 5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro horas) constantes do § 2.º do artigo 11 do Regimento Comum, para recebimento de recursos;
- 6 — Durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los; e
- 7 — A apresentação do parecer do Relator perante a Comissão dar-se-á no dia 4 (quatro), de novembro, às 15 horas e 30 minutos, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Congresso Nacional, em 19 de outubro de 1971. — Senador Adalberto Sena, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Local de funcionamento ininterrupto da Secretaria da Comissão: Diretoria das Comissões, Seção de Comissões Mistas, 11.º andar do Anexo do Senado. Fone: 24-8105,

Ramais 303 e 305 — Secretário: Maria Helena Bueno Brandão.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador José Sarney
Vice-Presidente: Senador Adalberto Sena
Relator: Deputado Jorge Vargas

Senadores

Deputados

ARENA

1. José Lindoso
2. Lourival Baptista
3. José Sarney
4. Osíres Teixeira
5. Antônio Carlos
6. Paulo Guerra
7. Virgílio Távora
8. Alexandre Costa
9. Wilson Campos
10. Jessé Freire

1. Américo de Souza
2. Arlindo Kunzler
3. Ernesto Valente
4. José Sampaio
5. Jorge Vargas
6. Mario Stamm
7. Ricardo Fiúza
8. Theódulo de Albuquerque

MDB

1. Adalberto Sena
1. Nadyr Rossetti
2. Alencar Furtado
3. Florim Coutinho

CALENDÁRIO

Dia 19/10 — É lido o projeto, em Sessão Conjunta;
Dia 19/10 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 20, 21, 22, 23, 24, 26 e 27/10 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 4/11 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 15h30m, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 8/11 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

-- Publicação do parecer; e

-- Discussão do projeto, em Sessão Conjunta a ser convocada, tão logo seja publicado o parecer.

Prazo — Início: dia 20/10; e, término dia 28/11.

Secretário: Maria Helena Bueno Brandão. — Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — Anexo — Senado Federal — Telefone: 24-8105 — ramais 303 e 305.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

ATA DA 11.ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 1971

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e um, às quinze horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões das Comissões do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Paulo Torres, presentes os Senhores Senadores Flávio Brito, Luiz Cavalcante, Benjamin Parah e José Guimard, reúne-se a Comissão de Segurança Nacional do Senado Federal.

Ausentes os Senhores Senadores Virgílio Távora e Vasconcelos Torres.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Em seguida o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador José Guimard que passa à leitura

do seu Parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara que "dispõe sobre a formação de Engenheiros Militares para o Quadro de Oficiais Engenheiros do Corpo da Aeronáutica e dá outras providências", tendo recebido o número 59/71. Conclui, opinando favoravelmente pela aprovação do Projeto.

Em discussão e votação é o Parecer aprovado por unanimidade.

É concedida a palavra ao Senhor Senador Flávio Brito, que procede à leitura do seu parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara, n.º 58/71, que dá nova redação aos arts. 2.º e 3.º, 4.º e 6.º do Decreto-lei número 863, de 12-9-69 que autoriza o Poder Executivo a instituir nos Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica um Programa Especial de Bolsas de Estudo a Acadêmico de Medicina de Faculdade Oficial ou reconhecida". Conclui, opinando favoravelmente pela aprovação do projeto.

Em discussão e votação é o parecer aprovado por unanimidade.

Esgotada a pauta, o Senhor Presidente agradece o comparecimento dos Senhores Senadores e dá por encerrada a reunião.

Para constar, eu, Walter Manoel Germano de Oliveira, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador Paulo Torres, Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ATA DA 35.ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 1971

Às 15.30 horas do dia 20 de outubro de 1971, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senador Daniel Krieger, presentes os Senhores Senadores Heitor Dias, Antônio Carlos, Helvídio Nunes, Gustavo Capanema, Franco Montoro, Arnon de Mello e Accioly Filho, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Milton Campos, Wilson Gonçalves, José Lindoso, José Sarney, Emival Caiado e Eurico Rezende.

Lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Abertos os trabalhos, com a palavra o Senador Heitor Dias relata as seguintes proposições: pela injuridicidade do Projeto de Lei n.º 70/71 — Estende à Associação dos Motoristas do Serviço Público Civil (AMOSP) e às entidades congêneres os benefícios da Lei n.º 1.134, de 14-6-50 e inconstitucional o Projeto de Lei do Senado n.º 24/71 — Torna obrigatório às empresas que empreguem mais de 100 operários a construção de casas e vilas para os mesmos. Em discussão e votação é aprovado o PLS n.º 24/71 e concedida vista ao Senador Franco Montoro do PLS n.º 70/71.

A seguir, o Senador Gustavo Capanema lê parecer ao Ofício n.º 35/71-P/MC do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Representação n.º 793, concluindo favoravelmente e apresentando projeto de resolução. Aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente depois de lida e aprovada.

MESA		LIDERANÇA DA MAIORIA
Presidente:	4º-Secretário:	Líder:
Petrônio Portella (ARENA — PI)	Duarte Filho (ARENA — RN)	Filinto Müller (ARENA — MT)
1º-Vice-Presidente:	1º-Suplente:	Vice-Líderes:
Carlos Lindenberg (ARENA — ES)	Renato Franco (ARENA — PA)	Antônio Carlos (ARENA — SC)
2º-Vice-Presidente:	2º-Suplente:	Benedito Ferreira (ARENA — GO)
Ruy Carneiro (MDB — PB)	Benjamin Farah (MDB — GB)	Dinarte Mariz (ARENA — RN)
1º-Secretário:	3º-Suplente:	Eurico Rezende (ARENA — ES)
Ney Braga (ARENA — PR)	Lenoir Vargas (ARENA — SC)	José Lindoso (ARENA — AM)
2º-Secretário:	4º-Suplente:	Orlando Zancaner (ARENA — SP)
Clodomir Milet (ARENA — MA)	Teotônio Vilela (ARENA — AL)	Ruy Santos (ARENA — BA)
3º-Secretário:		LIDERANÇA DA MINORIA
Guido Mondin (ARENA — RS)		Líder:
		Nelson Carneiro (MDB — GB)
		Vice-Líderes:
		Danton Jobim (MDB — GB)
		Adalberto Sena (MDB — AC)

COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini.

Local: 11º andar do Anexo.

Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes.

Local: Anexo — 11º andar.

Telefone: 24-8105 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra

Vice-Presidente: Mattos Leão

TITULARES

Antônio Fernandes
 Vasconcelos Torres
 Paulo Guerra
 Daniel Krieger
 Flávio Brito
 Mattos Leão

SUPLENTE

ARENA

Tarso Dutra
 João Cleofas
 Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala das Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara

Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES

José Guimard
 Waldemar Alcântara
 Dinarte Mariz
 Wilson Campos
 José Esteves
 Benedito Ferreira

SUPLENTE

ARENA

Saldanha Derzi
 Osires Teixeira
 Lourival Baptista

MDB

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — R. 313

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger

Vice-Presidente: Accioly Filho

TITULARES

Daniel Krieger
 Accioly Filho
 Milton Campos
 Wilson Gonçalves
 Gustavo Gapanema
 José Lindoso
 José Sarney
 Emival Calado
 Helvídio Nunes
 Antônio Carlos
 Eurico Rezende
 Heltor Dias

SUPLENTE

ARENA

Carvalho Pinto
 Orlando Zancaner
 Arnon de Mello
 João Calmon
 Mattos Leão
 Vasconcelos Torres

MDB

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro

Vice-Presidente: Adalberto Sena

TITULARES

Dinarte Mariz
 Eurico Rezende
 Cattete Pinheiro
 Benedito Ferreira
 Osires Teixeira
 Fernando Corrêa
 Saldanha Derzi
 Heitor Dias
 Antônio Fernandes
 Emival Calado

SUPLENTE

ARENA

Paulo Tôres
 Luiz Cavalcante
 Waldemar Alcântara
 José Lindoso
 Filinto Müller

MDB

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Magalhães Pinto	Domício Gondim
Vasconcelos Torres	Milton Campos
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Brito
Augusto Franco	Leandro Maciel
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Helvídio Nunes	
José Lindoso	

MDB

Amaral Peixoto	Franco Montoro
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Helvídio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	

MDB

Benjamin Farah	Adalberto Sena
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castello-Branco	Emival Calado
Ruy Santos	Flávio Brito
Jessé Freire	Eurico Rezende
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	

MDB

Amaral Peixoto	Nelson Carneiro
Franco Montoro	
Danton Jobim	

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.

Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Heitor Dias	Wilson Campos
Domício Gondim	Accioly Filho
Paulo Torres	José Esteves
Benedito Ferreira	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	

MDB

Franco Montoro	Danton Jobim
----------------	--------------

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Arnon de Mello

Paulo Guerra

Luiz Cavalcante

Antônio Fernandes

Leandro Maciel

José Guimard

Milton Trindade

Domício Gondim

Orlando Zancaner

MDB

Benjamin Farah

Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Danton Jobim

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Antônio Carlos

Cattete Pinheiro

José Lindoso

Wilson Gonçalves

Filinto Müller

Emilval Calado

MDB

Danton Jobim

Adalberto Sena

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões anexa ao Plenário.

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Carvalho Pinto

Milton Cabral

Wilson Gonçalves

Fausto Castello-Branco

Filinto Müller

Augusto Franco

Fernando Corrêa

José Lindoso

Antônio Carlos

Ruy Santos

Arnon de Mello

Cattete Pinheiro

Magalhães Pinto

Jessé Freire

Saldanha Derzi

Virgílio Távora

Accioly Filho

José Sarney

Lourival Baptista

João Calmon

MDB

Franco Montoro

Amaral Peixoto

Danton Jobim

Nelson Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Fernando Corrêa

Saldanha Derzi

Fausto Castello-Branco

Wilson Campos

Cattete Pinheiro

Celso Ramos

Lourival Baptista

Ruy Santos

Waldemar Alcântara

MDB

Adalberto Sena

Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tórres

Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Paulo Tórres
Luiz Cavalcante
Virgílio Távora
José Guimard
Flávio Brito
Vasconcelos Torres

Milton Trindade
Alexandre Costa
Orlando Zancaner

MDB

Benjamin Farah

Amaral Peixoto

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 312

Reuniões: terças-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Tarso Dutra
Augusto Franco
Celso Ramos
Osires Teixeira
Helitor Dias
Jessé Freire

Magalhães Pinto
Gustavo Capanema
Paulo Guerra

MDB

Amaral Peixoto

Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Leandro Maciel
Alexandre Costa
Luiz Cavalcante
Milton Cabral
Geraldo Mesquita
José Esteves

Dinarte Mariz
Benedito Ferrelra
Virgílio Távora

MDB

Danton Jobim

Benjamin Farah

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 312

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11º andar do Anexo

Telefone: 24-8105 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito.
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília -- DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20